

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS,  
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E SERVIÇO SOCIAL-FACES

JOICE ROCHA CARVALHO

SEMEANDO AMEFRICANIDADE: Políticas Públicas de Educação no Campo e questões de  
Raça e Classe

ITUIUTABA-MG  
2022

JOICE ROCHA CARVALHO

SEMEANDO AMEFRICANIDADE: Políticas Públicas de Educação no Campo e questões de Raça e Classe

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> M.a Josy Dayanny Alves Souza

ITUIUTABA

2022

JOICE ROCHA CARVALHO

SEMEANDO AMEFRICANIDADE: Políticas Públicas de Educação no Campo e questões de  
raça e classe

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado para  
a obtenção do título de bacharel em Serviço  
Social pelo curso de Serviço Social da  
Universidade Federal de Uberlândia, pela banca  
examinadora formada por:

Ituiutaba, 14 de dezembro de 2022.

---

Prof. ° Dr. Flander de Almeida Calixto

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Soraia Veloso Cintra

---

Prof.<sup>a</sup> M.a Josy Dayanny Alves Souza  
(Orientadora)

## AGRADECIMENTOS

Desejo iniciar essa escrita em dedicação a mim, Joice Rocha Carvalho por começar e finalizar esse ciclo da melhor forma possível, muito respeito pela minha trajetória de jovem negra e periférica. Por suportar os desafios, que nunca foram fáceis. Agradeço aos orixás que protegem e guiam o meu orí, com cuidado e sabedoria. Eu acredito em você e nos seus sonhos, siga firme!

Agradeço a minha companheira de vida, minha mãe, Rosângela Rocha, por posicionar meus caminhos aos estudos e por nunca medir esforços para o nosso futuro. Obrigada pelo seu apoio e dedicação, por ser a minha família, você me fortalece e ensina que a vida a gente faz ao caminhar, a você todo o meu amor.

Quero agradecer às minhas tias Lúcia e Helena, que me ensinam de forma genuína que na imensidão da vida, não estou só, e o melhor caminho para nós é através dos estudos, obrigada pelo apoio e carinho.

A meus avós maternos Santa e Ladislau, agradeço pela caminhada, pelos dias na enxada, pelas plantações e colheitas, sei que não foi fácil, mas a gente semeia pela vida e nossos frutos há de serem prósperos.

Gostaria de agradecer imensamente pela família de amigas, amigos e amigues que trilharam esse caminho de mãos dadas comigo, vocês direta e indiretamente fizeram meu coração de virginiana se aquecer e se renovar para continuar nessa jornada, os sonhos e a singularidade de cada um de vocês, me inspira e me faz ser uma pessoa melhor. Em especial a Damires, minha companheira, minha irmã de afeto, obrigada por compartilhar a vida comigo. Obrigada pelo carinho e amor.

Agradeço, a todas as professoras e professores que me trouxeram até aqui, obrigada por acreditarem na educação como potência. Em destaque, a Daniela de Carvalho Ciriaco e Isadora de Souza Alves, gratidão por me ensinarem que a educação é um espaço de liberdade, de construção e de afeto.

Deixo minhas palavras de agradecimento aos participantes desta pesquisa do assentamento Boa Sorte/17 de abril, obrigada por disporem a colaborar com a construção desse conhecimento. Obrigada ao assentamento Boa Sorte por me acolher, por me fazer sentir em casa, pelas colheitas e plantações, nossos caminhos sempre estiveram conectados e espero que juntos possamos construir projetos futuros.

Por fim, eu agradeço a todas as pessoas que pavimentaram o meu caminho até aqui, e que essa pesquisa possa inspirar e movimentar outros espaços de luta.

**“Nós escrevemos nossa história e não aceitaremos mais que nos silenciem, que inviabilizam a nossa produção do conhecimento. Estamos na história, fazemos história e temos memória histórica. A história nos pertence. A vitória, ainda que demorada, será da classe trabalhadora”. (GONZALEZ, 2018).**

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABEPSS</b>	Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social
<b>CFESS</b>	Conselho Federal de Serviço Social
<b>CRESS</b>	Conselho Regional de Serviço Social
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>MLST</b>	Movimento de libertação dos Sem Terra
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>PROCAMPO</b>	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
<b>PRONACAMPO</b>	Programa Nacional de Educação do Campo
<b>PRONERA</b>	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>09</b>
<b>2.</b>	<b>ENTRE TERRA E O TERRITÓRIO: UM LUGAR AO SOL .....</b>	<b>11</b>
<b>3.</b>	<b>ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENFRENTAMENTOS E DESAFIOS .....</b>	<b>15</b>
<b>4.</b>	<b>COLONIALIDADE E O RACISMO ESTRUTURAL: O QUE NOS ATRAVESSA .....</b>	<b>23</b>
	4.1 Aproximações do campo: raça, classe .....	26
	4.2 Questão social, questão agrária e o Serviço Social: semeando caminhos a amefricanidade .....	28
<b>5.</b>	<b>SÍNTESE E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: SABER PARA ONDE ESTOU INDO.....</b>	<b>31</b>
	5.1 Caráter da pesquisa: os caminhos metodológicos .....	34
	5.2 Coleta e análise de dados: o vínculo com a terra .....	36
	5.3 Diário de campo .....	37
	5.4 Análise de conteúdo: em solo firme .....	37
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>42</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>50</b>

## **SEMEANDO AMEFRICANIDADE: Políticas Públicas de Educação no Campo e questões de raça e classe**

**Joice Rocha Carvalho<sup>1</sup>**  
**Josy Dayanny Alves Souza<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Esta pesquisa tem como tema as Políticas Públicas de Educação do campo, articulada às questões de raça e classe, com destaque para a importância dos saberes populares. Analisa o colonialismo como cerne das opressões e apresenta a questão social e a questão agrária como necessárias nas discussões a serem trabalhadas no Serviço Social de forma interseccional como ponte para a construção da Amefricanidade como uma lente ético-política para elaboração de narrativas e práticas antirracistas. As metodologias da pesquisa foram desenvolvidas pelos métodos bibliográfico, dialético e qualitativo. Os instrumentos de coleta de dados foram: entrevista semi estruturada, com o objetivo de compreender; e, diário de campo, com o objetivo de registrar minhas percepções referentes ao lócus e aos sujeitos da pesquisa. Foi observado e identificado a relevância da educação do campo articulado aos saberes populares e necessidade de potencialização dos estudos a partir das intersecções de campo, raça e classe para o Serviço Social, essa última enquanto campo de estudo que deve fortalecer a luta educacional e antirracista.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas; Educação do Campo; Raça e Classe ; Antirracista.

### **ABSTRACT**

This research has as its theme the Public Policies of Education in the countryside, signaling the issues of race, class and gender, presenting its importance for popular knowledge. It analyzes colonialism as the core of social oppression and presents the social question, and the agrarian question as necessary to be worked on in Social Work in an intersectional way, bridge to this construction, Amefricanity becomes an ethical-political lens to build anti-racist narratives. The research methodologies were developed by bibliographic, dialectic and qualitative methods. The data collection instruments were the semi-structured interview with the objective of understanding the research objectives with the speeches of the interlocutors. It was observed and identified the relevance of rural education for popular knowledge and to enhance the study of the intersections of rural areas, race, class and gender for Social Work as a category that should strengthen the educational and anti-racist struggle.

**Keywords:** Public Policies; Field Education; Race and Class ; Anti-racist.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Serviço Social da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social - FACES, Universidade Federal de Uberlândia - UFU; email: joicerbf@gmail.com

<sup>2</sup> Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia- UFU Campus Pontal. Professora do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia- UFU Campus Pontal; email:geografajosysouza@gmail.com



## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa nasceu com uma pretensão da estudante, que tem suas raízes ligadas ao assentamento Boa Sorte, em construir um trabalho que intersecciona as realidades do campo em uma perspectiva de raça e classe. Ao longo do processo acadêmico foi possível compreender como o acesso a práticas educativas conectado às políticas públicas de educação do campo são importantes para a disseminação de saberes, dentro da realidade dos assentamentos da reforma agrária.

Como pressuposto de que a educação é um direito social, no entanto, não chega a determinados lugares e tem inúmeras brechas para a não efetivação das políticas públicas de educação, principalmente para a população assentada. Conjunturas políticas e estruturais, como o colonialismo, racismo estrutural e as refrações da questão social tornam esta realidade ainda mais alarmante. Esse cenário descumpra direitos sociais que explicitam a necessidade de se realizar pesquisas com essa temática. Essa conjuntura, faz pensar como o Serviço Social está associado a esse movimento, seja pela via de estudos e aplicabilidade das políticas públicas, seja na atuação profissional no cotidiano dos assentados.

O objeto de estudo da pesquisa são as políticas públicas de educação do campo como forma de compartilhamento de saberes e sua atuação na realidade vivenciada pelo assentamento 17 de Abril/ Boa Sorte. A análise da história do assentamento e dos princípios de seu exercício, possibilitou compreender como alguns fatores sociais, econômicos e políticos inibiram o seu desempenho pleno perante a construção política e educacional de trabalhadoras e trabalhadores dos assentamentos da Reforma Agrária.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar as Políticas Públicas de Educação do campo, sinalizando as questões de raça e classe. Como objetivos específicos, analisar a atuação das políticas públicas de educação no campo e sua influência para os saberes populares; resgatar as perspectivas de raça e classe nas questões estruturantes da terra e do território; compreender e valorizar as dimensões do pensamento Amefricanidade para efetivação das políticas de educação para assentamentos da Reforma Agrária; observar o impacto da questão social sobre as políticas públicas de educação do campo e evidenciar a importância da categoria do Serviço Social.

Deste modo, o caminhar referencial foi nutrido com intelectuais, autoras, artistas e militantes populares, majoritariamente referências negras e indígenas que quebram e apontam as barreiras do sistema hegemônico.

A metodologia da pesquisa somou-se em um conjunto de abordagens, dentre elas, a pesquisa bibliográfica que compôs o estudo teórico sobre os objetivos propostos. O trabalho de campo esteve presente com o intuito de alimentar as análises articuladas às experiências narradas pelos interlocutores.

Os capítulos se sucederam de modo que os objetivos específicos fossem atendidos, o *primeiro* compõe os estudos sobre terra e território que perpassam o objetivo de resgatar componentes de raça e classe para questões estruturantes da terra. O *segundo* capítulo é uma análise das Políticas Públicas de Educação do Campo: enfrentamentos e conquistas, trazendo sua historicidade e princípios de seu exercício com o objetivo de identificar a atuação das políticas públicas de educação no campo e sua influência para os saberes populares. O *terceiro* capítulo expressa o colonialismo como ponto principal na formação do racismo estrutural, com o objetivo também de resgatar componentes de raça e classe para questões estruturantes da terra. Escritas em duas subdivisões: a) *aproximações do campo* :que abordou as intersecções de raça e classe presentes nos assentamentos rurais; e, b), a *Questão social, questão agrária e o Serviço Social: semeando caminhos a amefricanidade*, com uma abordagem referente a questão social e a questão agrária como pontos fundantes nas desigualdades sociais, ressaltando a importância de refletir e olhar mais para essas questões do ponto de vista do serviço social brasileiro, essa seção atendeu ao objetivo de analisar o impacto da questão social sobre as políticas públicas e evidenciar a importância da categoria profissional do Serviço Social.

Diante disso, apresentando a Amefricanidade (GONZALEZ, 2018 [1988]), como perspectiva de análise da sociedade. O *quarto* capítulo é uma análise e síntese e das entrevistas semi estruturadas: saber para onde estou indo, sinalizou o espaço e historizarão do assentamento Boa Sorte, além de identificar as/os interlocutores participantes dessa pesquisa. Nele também as seguintes subdivisões são apresentadas: *Caráter da pesquisa: os caminhos metodológicos*, o estudo das Políticas de Educação do Campo, em uma análise bibliográfica e dialética da realidade. O *Trabalho de Campo* na perspectiva qualitativa, propiciou uma investigação, por meio de observações, das realidades vivenciadas no assentamento. A *Coleta e análise de dados: o vínculo com a terra*, apresentou quais os caminhos que foram percorridos para a sua execução, com intuito de atender os objetivos explicitados nesta pesquisa, para isso foram realizadas entrevistas semi estruturadas. O *Diário de campo abrangeu* experiências, fatos vivenciados, momentos históricos, lutas, desafios e narrativas, como um processo semeador entre teoria e realidade. A *Análise de conteúdo: em solo firme*, foi articulada aos conhecimentos dos/as

interlocutores/as em diálogo com os saberes de autores teóricos, tendo como finalidade evidenciar algumas possíveis articulações entre a Universidade e os movimentos populares.

Desta forma, decolonizando nossos saberes e ações, construímos conhecimentos e identidades como mecanismos de luta por uma educação antirracista. Em união com os movimentos sociais, essa prática potencializa estratégias para se pensar e construir políticas sociais, assim como o apontamento das expressões da questão social, ou seja, os problemas sociais que emergem na vivência e sobrevivência das múltiplas realidades desses sujeitos e de que maneira se evidenciam a articulação raça e classe.

Observando a educação como prática de liberdade (bell hooks<sup>3</sup>, 2019), e também como emancipatória, as Políticas Públicas de Educação do Campo, resultam das conquistas dos Movimentos Sociais do Campo, que proporciona o acesso educacional, tanto formação acadêmica, quanto básica. Os programas associados que buscamos analisar são:

- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Proneira);
- Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo);
- Programa Nacional de Educação do Campo - (Pronacampo).

Por fim, as considerações finais objetivaram em articular os conhecimentos adquiridos com a pesquisa, assim como compreender e valorizar as dimensões do pensamento decolonial, Amefricanidade (GONZALEZ, 2018 [1988]), para a efetivação das políticas de educação para assentamentos da Reforma Agrária. Dessa forma, coloco-me no lugar de aprendiz e que possamos semear a decolonialidade dos saberes, para que junto de nossos companheiros e companheiras possamos impulsionar nossos espaços de luta.

## **2 ENTRE TERRA E O TERRITÓRIO: UM LUGAR AO SOL**

O fato se justifica, e até se impõe, quando analisamos que a causa remota de um e de outro é a mesma e que a luta dos grupos sociais menos favorecidos para alcançar um lugar ao sol. (ANDRADE, 1987, p. 5).

---

<sup>3</sup> Gloria Jean Watkins é o nome de batismo de bell hooks. A escolha do pseudônimo é uma homenagem à sua bisavó Bell Blair Hooks, conhecida dentro da família pela sua coragem de dizer a verdade. Uma mulher de língua afiada, sem papas na língua. Quando bell hooks começa escrever, ela adota o nome da bisavó como uma forma de reivindicar esse legado, já que desde a infância hooks também gostava de expressar suas ideias.

Tem-se como princípio para a compreensão deste trabalho que a Educação do Campo vincula a temática de terra e território, que está diretamente ligada ao processo de colonização e reforma agrária. Pretende-se assim abordar duas questões fundamentais que perpassam o território brasileiro: a) a posse das terras pelos portugueses, inviabilizando os modos de vida dos povos indígenas; e, b) a escravização de povos indígenas e dos povos africanos no processo de desenvolvimento social do território e como isso influenciou nos conflitos e nas lutas por terras no Brasil. O processo de colonização significou um trágico processo de genocídio dos povos originários e a destruição de seus territórios ancestrais, bem como o silenciamento de suas variadas culturas, línguas, saberes e espiritualidade. Diferenças culturais são vistas pelo discurso hegemônico como falta de civilização e de cultura, foi forçadamente colocado aos povos indígenas uma condição de subalternidade, pelas quais as pessoas eram vistas como “selvagens” e iletrados pelo discurso colonial (FLEURI, 2017).

A colonização também trouxe para esse território a escravidão dos povos africanos, que foram sujeitados a condições sub-humanas em navios, retirados de seus territórios, de suas culturas. Por mais de três séculos, as pessoas tiveram sua humanidade retirada e foram sujeitadas a uma condição animal, tendo seus corpos vendidos à exploração do trabalho aos grandes latifundiários.

A terra caracteriza-se como um mecanismo de poder desde o Brasil colônia até os dias atuais, é dominada pelas posses agroindustriais, latifúndios e pelo Estado que está controlado pelos interesses da burguesia. Tudo que refere-se a natureza sofreu modificações a partir da visão eurocêntrica como se o que advém dela é desconhecido, é perigoso, é selvagem, além de afastar a vivência alinhada com a natureza distante de nosso cotidiano (FONSECA, 2021). Para tanto, os animais, as florestas e os territórios indígenas são vistos como um recurso a ser explorado, mesmo que exista o Estatuto dos povos indígenas preconizado pela Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (BRASIL, 1973), que assegura os direitos básicos e essenciais dessa população, são cotidianamente violados para atender demandas do capital.

De acordo com SOUZA (2017) o projeto colonial institucionalizou a Lei de Terras em 1950, legalizando que a terra era para ser do proprietário, apenas pela compra direta, isso representou a institucionalização do latifúndio e possibilitou brechas nas leis para a grilagem prática de falsificação de documentos e/ou tomar posse ilegalmente de terras públicas, conceituado como crime – Ao longo da história, os grileiros representam grandes ameaças, pelo cenário de tensão e violências para com os pequenos produtores, trabalhadores sem terra e indígenas.

Essa realidade delinea algumas das lutas dos movimentos populares pela democratização de terras, tendo suas resistências marginalizadas. Alinhado ao pacto colonialista, o domínio pelo território tornou-se um dispositivo epistemológico que insere os movimentos em um não lugar, não pertencimento, em que diversos espaços do Estado brasileiro rejeitam e ignoram o reconhecimento das terras de direitos dos indígenas, quilombolas e assentados, violando sua função social que deveria ser destinada à Reforma Agrária e aos povos originários (SOUZA, 2017).

Nesse sentido, Andrade (1987) expressa que essa realidade,

se processou e se processa através de fases bastante semelhantes [...] na verdade, esses dois movimentos surgiram em consequência da conquista do território brasileiro pelos portugueses, do sistema de posse e uso da terra imposto à população indígena que habitava o vasto território e aos grandes contingentes de negros trazidos da África [...] (ANDRADE, 1987, p. 5).

Após abolição da escravidão, o negro viu-se livre desse grande processo violento, mas isso significou outra forma sistêmica de violência, porque as pessoas negras não foram inseridas de forma adequada na estrutura social. E o trabalho pesado do campo, o braçal, o sujo, e mal remunerado eram exercidos por essas pessoas que não tinham uma outra opção, uma vez que, estavam à margem da sociedade encontravam ali um meio de lutar pela sobrevivência e mais tarde como herança desse trabalho continuaram agricultores nos quilombos e assentamentos. Enquanto o trabalho intelectual e nobre era exercido pela minoria branca, que de acordo com a colonialidade representava a civilização, isso correspondeu a desigualdade da estrutura produtiva dos vários grupos raciais (ALMEIDA, 2019, p. 40).

Devido a segregação estrutural, pessoas pretas e indígenas ficaram desgarradas nesse processo histórico, isso resultou em sua concentração nos espaços rurais (NASCIMENTO, 1989). Esse processo de modificações da sociedade brasileira, os proprietários de terras e de escravos era o que sustentava o regime monárquico no período, após três séculos de exploração escravagista, as contradições da sociedade colonial foram se fortalecendo, com pressões dos movimentos abolicionistas e com a influência de outros países que já haviam seguido o conjunto de abolir a escravidão e estavam se desenvolvendo economicamente (ANDRADE, 1987).

Isso fez com que os portugueses restabelecessem outras formas sociais para o Brasil. No entanto, essas relações se inserem ainda a custo de muitos campos de exploração, os movimentos de revolta a essas formas de opressão foi feita pelos agricultores, através dos diversos atores sociais e mecanismos de lutas. O movimento de camponeses se organizou como forma de luta legal a partir de 1950, quando surgiram os sindicatos rurais, que pressionaram o

governo para a criação de legislações<sup>4</sup>, como o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, que visavam atender os problemas mais urgentes naquele momento (ANDRADE, 1987).

Neste período, a terra não apresentava-se como direito de propriedade e as estruturas que então tinham sua posse, minimizam sua função social, que só foi considerada, a partir da Constituição Federativa de 1988. A institucionalização da função social da propriedade caminhava em favor dos pequenos produtores, no entanto, apesar das legislações apresentarem esse fator de direito, o plano colonialista e capitalista, perpetua as demandas de grandes empresas e latifundiários, pois há um grande interesse econômico, apagando seu caráter de concessão de direitos básicos sociais (ANDRADE, 1987).

[...]em 2009, 26,1% das mulheres chefes participavam de famílias formadas por casais, e 49,4%, de famílias monoparentais [...]. De toda forma, ainda são percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491. (IPEA, 2011, p.18).

As estruturas sociais já demonstradas anteriormente carregam infecções fortes vinda da colonialidade e produz níveis de vulnerabilidade econômica e social maiores nas populações indígenas, pardas e pretas do país, a pobreza é sinônimo de cor, e a cor é sinônimo de pobreza. A princípio pode parecer um tocante forte, mas os dados apresentados solidificam que na maioria das vezes a pobreza acompanha as mulheres negras, são pessoas marcadas pela raça e classe, nesse sentido de que no seio social da realidade brasileira a classe trabalhadora está diante das opressões sociais, é indígena, parda e preta. A história dessa população não se caracteriza apenas pela pobreza, no entanto, quando falamos de desigualdade, de fome, da falta de acesso a direitos básicos, essas são opressões que atravessam a realidade dessas pessoas.

Dessa forma, as questões da terra estão associadas às Políticas Públicas, pois as pessoas que vivem na zona rural têm direito a ter acesso à educação de qualidade e direitos sociais, no entanto suas vivências são invisibilizadas e muitas vezes negligências por parte do Estado de direito. Por isso a terra se torna um espaço de enfrentamento por direitos básicos, desde o início

---

<sup>4</sup> Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra. Acesso em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.504%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201964.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Terra%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.504%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201964.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Terra%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art)  
**Lei 5.889**, de 8 de junho de 1973, Normas reguladoras do Trabalho Rural. Acesso em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15889.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15889.htm)

da colonização aos dias atuais, e algumas conquistas já tiveram êxito, no entanto, existe um longo caminho até a efetivação de direitos e é o que se pretende abordar nos estudos a seguir.

### **3 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENFRENTAMENTOS E DESAFIOS**

Na colheita das espigas cantam homens e mulheres, na riqueza dos saberes, em poemas e cantigas. Foram muitas mãos amigas para esta plantação, no pulsar do coração, sob a luz dos pirilampos, nos cantares da educação do campo, O campo se faz canção. (MST. Setor de educação, 2006).

A historicidade da educação popular no Brasil é banhada por muita luta dos movimentos populares. Aqui refletimos sobre os enfrentamentos e conquistas de educação do campo, centralizando a função de cada política educacional, de acordo com as legislações que preconizam as Políticas Públicas de Educação do Campo, de acordo com a Constituição Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), que se encontra vigente até os dias de hoje, e evidenciamos a importância da educação do campo em articulação com os saberes populares.

Considera-se que o acesso à educação do campo está ligado à luta por Reforma Agrária Popular, que prioriza a democratização da terra, colocando como estratégia a agroecologia em contraposição ao agronegócio. O caderno de formação número 53 do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, “A luta de Classes no Campo e a Luta por Reforma Agrária Popular” apresenta,

A Reforma Agrária Popular é a expressão da resistência dos povos do campo e para efetivá-la, temos que seguir construindo vínculos políticos com a classe trabalhadora urbana, levantando a luta pelo direito à alimentação, à terra e ao trabalho como necessidades fundamentais. diz que a reforma agrária popular é a expressão da resistência dos povos do campo, junto à classe trabalhadora focalizando a batalha pelo direito fundamental à alimentação, à terra, à educação e ao trabalho.(MST, 2020, p. 07).

Este enfrentamento por terra, por direitos, por acesso à educação se faz presente no cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento popular alimentado por diversos militantes, que são trabalhadoras e trabalhadores e que lutam de maneira organizada pelo direito da democratização de terras desde 1984, desde do 1º Encontro Nacional do MST (MST, 2022). É importante ressaltar que o MST se configura como um dos principais atores na construção das Políticas de Educação do Campo, como representante das camadas populares que tensionam as estruturas opressoras.

O MST traz para o debate alguns pontos que direcionam a luta pela educação, que são:

lutar para acabar com o analfabetismo nos acampamentos/ assentamentos; Universalizar o acesso à escolarização das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, ampliando a rede de escolas públicas em todos os assentamentos; Realizar jornada de lutas na esfera municipal, estadual e regional, para garantir o acesso à

escola pública; Garantir o acesso às universidades e lutar para que tenha cada vez mais universidades construídas em territórios camponeses; Campanha Nacional contra o fechamento e pela construção de Escolas do Campo. Tendo em vista o grande número de fechamentos de escolas principalmente no campo, tomamos a decisão de desenvolver, em nível nacional, uma ampla campanha; Que as escolas do campo devem ser no campo e que tenham todos os níveis e as modalidades de ensino; Que as escolas sejam construídas com bibliotecas, áreas de esporte, cultura, lazer e informática. (MST, 2011).

É importante refletir sobre as linhas traçadas pelo movimento em que visualizamos como os interesses são por direitos, como alfabetização e educação básica. Reconhece a educação como prática emancipatória das trabalhadoras e trabalhadores do Brasil, e reivindica que o ambiente educativo seja ligado ao cotidiano dessas pessoas, para aproximar o campo das práticas educativas, construindo de forma coletiva os papéis e ações dos educadores e educandos. Essa referência me lembra bell hooks (2019), no momento em que a autora relata que a ideologia de Paulo Freire em relação prática emancipatórias de educação há inspirou na produção de escrita do o livro “Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade” (2019) expressa,

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade. (HOOKS, 2019, p 273).

É neste sentido que podemos enxergar um campo de possibilidades. Os territórios assentados são repletos de vivências, de saberes, de culturas, de vozes que precisam articular as perspectivas que a educação oferece, pois, em diversos sentidos é possível se fazer educar, por isso, ressalta-se a importância desse movimento na luta pela educação de qualidade.

Colocamos aqui para a reflexão, a educação como prática de liberdade, mecanismo emancipatório da população brasileira e que a educação seja inserida nas vivências do meio rural, para que trabalhadoras e trabalhadores possam alinhar a educação escolar em seu cotidiano, a educação para além da sala de aula.

Acreditamos na educação como direito básico de todo e qualquer cidadão brasileiro, assim como prevê a Constituição Federal de 88 (BRASIL, 1988). A educação começou a incomodar quando grupos sociais minoritários acessaram espaços educacionais, antes ocupados majoritariamente pela sociedade branca e elitista desse país. A educação como prática de liberdade abala as estruturas opressoras da nossa sociedade, autores como bell hooks (2019) e tantos outros intelectuais e militantes compreendem o acesso à educação como possibilidade de construção de um olhar crítico para a realidade. A estrutura social racista e capitalista busca



afastar e limitar o acesso à educação de qualidade, à essa educação que transgride e aponta às opressões sociais.

Configura-se assim, a máxima importância que a educação do campo tem para os saberes populares, seja como mecanismo de enfrentamento às opressões, seja pela prática libertadora, seja para ler, para o saber, para escrever, para se fazer potência por meio da educação do campo e tudo que está articulada a ela.

Esses enfrentamentos perpassam por inúmeros desafios na realidade de quem acessa a educação no campo: ônibus rural em más condições; estruturas de escolas precárias; falta de energia apropriada no local; assentamento e acampamento sem escola no território e crianças/jovens que precisam se deslocar por longas distâncias para ter o acesso a educação; analfabetismo entre jovens, adultos e idosos, pela dificuldade de conciliar com os horários de trabalho e os horários da escola.

São muitas as questões, que mudam de acordo com a realidade dos assentamentos e acampamentos pelo Brasil. Uma problematização para se pensar é a seguinte: não basta somente fazer uma política pública sem considerar as múltiplas realidades que vivenciamos, sem fiscalização dos municípios, sem a efetivação dessas políticas, sem a condição adequada ao acesso à escola e à educação.

Dessa forma, seguindo a luta e pressão popular por condições dignas e cidadãs para educação de qualidade. Um dos resultados dessas empreitadas, tensionadas por movimentos populares, com destaque para o MST, resulta no desenvolvimento e implementação de três Políticas Públicas para a Educação do Campo, que são o PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO.

É importante ressaltar que estas políticas públicas vêm no sentido de reafirmar e legitimar os enfrentamentos que estão por trás dessa construção vinda de uma grande organização popular, assimilando as especificidades do campo brasileiro, compreendendo que delas se encontram diversas realidades, territórios, culturas, memórias, histórias e identidades. E para a trajetória dessa discussão, faz-se significativo interpretar as tensões entre movimentos sociais e o Estado.

De acordo com Molina e Jesus (2011), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária -PRONERA-, surge por meio de debates no I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária -ENERA-, em 1997, com a demanda de impulsionar a escolarização de trabalhadoras e trabalhadores rurais, articulada a outras ações que já vinham ocorrendo por organizações sociais e algumas universidades, pensando na educação do campo. Dessa maneira, fez-se necessária a articulação para enfrentar os desafios e avançar em relação

à educação do campo, principalmente na escolarização, que era o foco inicial. Sua estruturação foi encabeçada por movimentos sociais e sindicais, após muitas discussões, encontros posteriores, lutas e negociações em 16 de abril de 1998, foi instituída a portaria nº 10/98, vinculada ao gabinete do Ministério Extraordinário da Política Fundiária, e em 2001 foi associado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Visando parcerias ligadas a instituições de ensino federais e estaduais e organizações sociais do campo para a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, como um dever do Estado Brasileiro (MST, 2020).

Criado no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2004, o Manual de Operações do PRONERA, expressa que a finalidade do programa é fortalecer a educação, criando, propondo e organizando projetos educacionais, promovendo metodologias focalizadas para as especificidades do campo, contribuindo para o fomento da construção sustentável, nas áreas de Reforma Agrária. O seu objetivo vai de encontro com essas ações, pois se constitui ferramenta para a democratização da educação de trabalhadoras/es, apoiando a permanência dos agricultores populares.

Partindo desses objetivos o manual de operações apresenta ainda os princípios de:

- Alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e capacitação e escolaridade de educadores(as) para o ensino fundamental em áreas da Reforma Agrária;
- Formação continuada e escolaridade de professores(as) de áreas da Reforma Agrária (nível médio na modalidade normal ou em nível superior por meio das licenciaturas);
- Formação profissional conjugada com a escolaridade em nível médio por meio de cursos de educação profissional de nível técnico ou superior (de âmbito estadual, regional ou nacional) em diferentes áreas do conhecimento voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável no campo (BRASIL, 2004, p. 21).

Nesse sentido, o Programa visa o acesso a vários setores de escolarização o que inclui parcerias com universidades públicas, cursos profissionalizantes e técnicos, acolhendo uma diversidade de cursos pensando em práticas voltadas para a agricultura, no mais criando estratégias junto aos movimentos populares para os educando conciliarem o trabalho com os estudos, considerando a realidade de cada território, isso possibilitou a formação de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras em diversas áreas do ensino, com o intuito de potencializar o desenvolvimento dos assentamentos rurais.

O Estado brasileiro inclui o PRONERA à Política Pública de Educação, ao Decreto nº7.352, de 4 de novembro de 2010. O Art.6º aborda que os recursos didáticos, pedagógicos e

culturais, referentes à educação do campo devem abranger as especificidades e salientar os saberes próprios das comunidades, em sintonia com os saberes acadêmicos. Ou seja, o Decreto expressa o que informamos anteriormente, que o meio rural tem essa necessidade de que as pedagogias educacionais estejam em diálogo com seus saberes que são próprios do campo, de sua dinâmica do dia-a-dia, levando consideração as diferenças territoriais e culturais, de forma que esse aspecto já era uma das demandas dos movimentos sociais, que exercem uma pedagogia transgressora, sustentável e ecológica (GADOTTI, 2000).

Sendo assim, o PRONERA é um importante marco para compreender as abordagens a respeito da Educação do Campo, criando raízes para a autonomia das trabalhadoras/es e dos assentamentos, e encontra-se como abertura para a implementação de outras políticas como o Programa de Apoio à Formação em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO, fundamentado pelo Decreto nº 6.319, de 20 de dezembro de 2007, por meio do Ministério da Educação, conduzido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD.

Nesta lógica, para além da formação de estudantes é somada a política a formação continuada de professores. A RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº06 de 17 de março de 2009, expressa que é necessário a promoção de ações progressivas para o acesso à formação em nível superior e formação continuada de professores que atuam na educação básica, seu objetivo é proporcionar a criação de cursos de licenciatura em educação do campo, priorizando o apoio a projetos educacionais para promover o acesso e a permanência na universidade de estudantes de baixa renda e grupos étnicos diversificados, em referência ao Art.1º.

O PROCAMPO é voltado à formação de professores para atuar em áreas rurais, o projeto pedagógico inicial foi pensado pelas universidades e também pelos movimentos sociais, o que se configurou um espaço de resistência. Cabe a reflexão de que a universidade é um espaço constituído por uma hegemonia eurocêntrica que estabelece epistemologias, ou seja, a proposta de uma nova pedagogia vinda de outras discussões, encabeçada pelas organizações populares gerou um desafio, as pedagogias alternativas rompem com a hegemonia burguesa e visibiliza a voz dos saberes populares.

Um outro ponto importante desta política pública é o foco na qualificação de professores indígenas, pretos e pardos assentados ou que atuam na educação do campo e/ ou educação para as relações étnico-raciais, e neste aspecto podemos analisar a dimensão de se ter profissionais que compreendem as especificidades dessa população assentada. E que a formação venha acrescentar novas perspectivas de práticas, de trabalho, de educação, caminhando junto com a cultura, valorização do campo e do saber contido neste ambiente, possibilitando novas

construções educativas que valorize a emancipação do trabalhador, como preconiza os autores, “o educador do campo é mais que um agente educativo. Ele é componente essencial na transformação da sociedade” (SANTOS; SILVA, 2016, p. 07).

Outra política pública importante para nosso estudo, é o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, criado a partir do Decreto nº7.352, de 4 de novembro de 2010, lançado pela Portaria nº 86, de 1 de fevereiro de 2013. Conforme a portaria, as diretrizes do programa consistem em ampliar a oferta de educação básica e superior às populações do campo, em articulação com estados, municípios e o Distrito Federal (BRASIL, 2010).

A seguir alguns dos princípios inseridos na portaria, o respeito à diversidade do campo em âmbito social, cultural, ambiental, político, econômico, de gênero, geracional e de raça e etnia. O fomento à formação de profissionais da educação do campo para o trabalho nas escolas, desenvolvendo a produção e reprodução social da vida do campo, valorização do campo dentro das escolas, em sintonia com projetos pedagógicos e metodologias apropriadas às reais necessidades dos alunos do campo.

De acordo com o Art. 4º do PRONACAMPO, existem quatro eixos que geram a atuação dessa política : i) Gestão e Práticas Pedagógicas que disponibilizam as escolas públicas do campo; ii) materiais didáticos que atendem as particularidades formativas das populações do campo e quilombolas, como o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD; iii) estímulo para a oferta de escolas integrais no campo e quilombos; e, iv) suporte nas escolas formadas pelo ensino fundamental e escolas em comunidades quilombolas, pela escola da terra.

Neste sentido, existem outras frentes de atuação dessa política que são: i) Formação de Professores, no exercício da educação do campo e quilombola, pelo qual é desenvolvido o Programa de Apoio à Formação em Licenciatura em Educação do Campo- PRONACAMPO, favorecendo as condições de acesso a cursos de licenciatura, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, tendo a viabilidade de utilizar da pedagogia alternativa e também a formação continuada de professores para a especialização em educação do campo e quilombola; ii) a Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnologia, com o apoio às redes de ensino para ofertar o EJA e qualificação profissional, com a proposta pedagogia do Saberes da Terra, ademais a inclusão social dos jovens e trabalhadores do campo pelo fortalecimento das redes de educação, educação profissional e tecnológica; e, iii) a Infraestrutura Física e Tecnológica com o auxílio às redes de ensino para a construção de escolas de educação básica e educação infantil, promover a inclusão digital através do acesso a computadores e tecnologias digitais, recursos para a melhoria das condições das escolas do

campo e quilombola e oferta de transporte escolar, considerando as múltiplas realidades sociais e territoriais.

Por fim, podemos analisar que as construções dessas políticas foram lideradas pelo tensionamento dos movimentos populares, e que por meio disso foi possível a concepção de políticas públicas que possibilitasse o desenvolvimento dos assentamentos, de pedagogias alternativas, da criação de escolas nos próprios territórios, na formação de trabalhadoras e trabalhadores do campo e quilombolas. É importante visualizar as conquistas realizadas e o site do MST, apresenta dados dos frutos desse trabalho:

Tabela 1: Educação Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

<b>ACESSO CONCRETIZADO:</b>	<b>DADOS:</b>
Escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos;	mais de 2 mil
Crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação garantida;	mais de 200 mil
Alfabetizados;	50 mil
Estudantes em cursos técnicos e superiores;	2 mil
Cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo país;	mais de 100 mil

FONTE: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.<sup>5</sup>  
Org. CARVALHO. Joice (2021).

Foram apresentadas até aqui, as construções das Políticas de Educação do Campo, agora vamos abordar sobre as contradições entre classe trabalhadora e Estado, no que se refere a Educação do Campo, pensando nos impactos gerados pelos atual Governo e como isso atinge negativamente o desenvolvimento das políticas públicas articuladas aos saberes populares.

Diante do que expressa Molina e Jesus (2016), os grandes empresários e latifundiários trabalham, junto com uma narração midiática desconstruindo a ideia de que o direito à educação, como ação do Estado para os sujeitos do campo, se caracteriza como privilégio. Historicamente, as Instituições Públicas do Estado brasileiro são geridas pela classe burguesa, a sociedade capitalista garante a reprodução do capital criando barreiras nos direitos básicos, contidos na Constituição Federal de 1988 e que são arduamente conquistados pelos movimentos

---

<sup>5</sup> Link do demonstrativo do acesso à educação por mérito do MST: <https://mst.org.br/educacao/>

sociais e grupos sociais marginalizados como as trabalhadoras/es do campo, indígenas, quilombolas, população negra e LGBTQIA+.

Em junho de 2018, durante quatro dias consecutivos reuniram-se na Universidade de Brasília- UNB, camponesas e camponeses, educadoras e educadores da Educação Infantil, das escolas de Educação Básica, da educação de Jovens e Adultos, de Institutos e Universidades Federais, estudantes da Educação do Campo, gestoras e gestores de âmbito público, Movimentos Sociais Populares e Sindicais, para marcar os 20 anos da Educação do Campo e do PRONERA, no Fórum Nacional de Educação do Campo, no qual foi construída a Carta-Manifesto<sup>6</sup> à respeito do atual Governo e suas consequências para os direitos das trabalhadoras/es, das florestas, das águas e principalmente para a Educação do Campo.

O protesto escrito em 2018, já apresentava os desmontes realizados pelo Governo Federal, trazendo toda a crise estrutural que advinha do golpe midiático, jurídico e parlamentar de 2016, essa crise englobava desequilíbrios econômicos, ambientais e sociais que recaem sobre a classe trabalhadora e as desigualdades sociais intensificadas cada dia mais.

No que se refere às questões do campo, a política de Reforma Agrária sofreu um congelamento que paralisou a consolidação de assentamentos, redução das áreas quilombolas, demarcação de terras indígenas, em detrimento do avanço do agronegócio e exploração de minérios, desmonte das políticas de assistência técnica e da educação que refletiram negativamente na educação do campo. esse desmonte compromete o acesso à direitos básicos, como o direito à vida, por exemplo, da população indígena que é morta e expulsa de seus territórios, tal qual o aumento da violência para com esses povos e com os movimentos sociais que lutam pela democratização de terras.

No seio dos cortes está inserido o orçamento do PRONERA, que é a maior política pública de Educação do Campo, em seu funcionamento chegando ao ponto mais crítico do desmonte de 70 milhões em 2008 para 1,8 milhão em 2018. Bem como os cortes a recursos das Universidades Públicas, que resultou na perda e diminuição de bolsas para baixa rendas, quilombolas e indígenas, ou seja, os primeiros a serem atingidos por tal medida foram os estudantes do campo e da periferia, diretamente os da classe trabalhadora.

O que fica nítido é o processo de desqualificar a Educação do Campo, limitando seus recursos, para mais uma vez realizar desejos da classe burguesa, permitindo o lucro e o

---

<sup>6</sup>Fórum Nacional de Educação no Campo. CARTA-MANIFESTO 20 ANOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DO PRONERA LULA LIVRE! EDUCAÇÃO É DIREITO. NÃO É MERCADORIA. Disponível em: <https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/CARTA-MANIFESTO-20-ANOS-DA-EDUCACAO-DO-CAMPO-E-DO-PRONERA-2018.pdf>.

investimento em latifúndios e grandes empresas. Assim como, o processo de moldar os conhecimentos aprendidos e ensinados em sala de aula, com o intuito de inibir a formação de sujeitos conscientes e críticos que enraizados em seus saberes populares, possa apontar e tensionar o Estado por mudanças sociais, por direitos não concedidos, que possa balançar a estrutura hegemônica, pois o que o capital quer é um sujeito que possa ser moldado a sua forma, para se tornar exército de reserva, sujeito à ser explorado.

Para tanto, a Carta-Proteto expressa os compromissos de luta e construção da Educação do Campo e do PRONERA, com o comprometimento em defesa da democracia e edificação da equidade social, contra a exploração do trabalho e da natureza, levando a Reforma Agrária em seu âmbito, com um projeto de agricultura popular, emancipação do trabalhador, frente às desigualdades sociais e ficou registrado no grito de luta, que a educação é direito e não mercadoria.

Por fim, para a compreensão do acesso à educação e seus desafios, é importante ressaltar que, o não acesso à direitos sociais perpassa pelo racismo estrutural, que condiciona as formas de vivência da população negra na sociedade brasileira, assim como compreender os impactos da questão social para a efetivação das políticas públicas de educação do campo.

#### **4 COLONIALIDADE E O RACISMO ESTRUTURAL: O QUE NOS ATRAVESSA**

pretendo explicar o que se produziu em quatro séculos de repressão, de ausência de ser, vejo somente uma imensa amnésia coletiva que nos faz sofrer brutalmente. Esta amnésia coletiva começou a surgir a partir de um porão, de um navio negreiro qualquer, e ao nível social, sabemos ou intuímos o que ela produziu. Mas, e interiormente? (NASCIMENTO, 2015, p. 91).

Na concepção deste capítulo, pretende-se apontar o Colonialismo como cerne estrutural de opressão social, racial e econômica. Compreender como essas estruturas de opressão racial se solidificam é fundamental para reconhecer os impactos sociais gerados por esse sistema. Denotando como isso reforça a exclusão do direito à democratização das terras e o acesso à Educação.

O escritor Aníbal Quijano, traz em sua produção “Colonialidade do Poder e Classificação Social” (2009), que a colonização é um processo que está enraizado na história da humanidade, o discurso eurocêntrico é fundado na categorização de raças, que profere as divisões de “europeus” como superiores, atribuído na “raça branca” e os “não europeus” como inferiores, “raça de cor” cuja variações de “cor” da pele, foi instituída graduações entre superior e inferior. Por meio da expansão colonial foi criado o monopólio de territórios, o padrão eurocêntrico colonial e mais tarde capitalista, foi instituído nas organizações sociais. No qual

provocou a “naturalização” desse controle, sendo aceita pela maioria até os dias atuais como “expressão da natureza e da geografia, e não da história do poder no planeta” (QUIJANO, 2009).

No livro *Memórias da Plantação* (2019), a intelectual negra Grada Kilomba expressa o racismo cotidiano de um passado colonial, passado este que vezes volta a inflamar e sabemos que nos corpos negros, indígenas e não brancos essas feridas estão estancadas e abertas, e tem sido negligenciadas. Por meio do discurso eurocêntrico, os colonizadores exerciam uma hierarquia de poder, transformam-se em “sujeitos” que detém o poder da posse, da escrita e das instituições na construção da sociedade e os não brancos como “os outros”, ou seja, a terra é dos sujeitos, os outros querem dominá-la, a história é dos sujeitos e os outros que querem distorcê-la, de modo que a população negra é esses “outros” que são inferiores na sociedade. Na realidade brasileira os indígenas também podem ser considerados como os “outros”.

Esse espaço de colocar as diferentes populações como o Outro, tem sido perigoso, porque as pessoas negras e indígenas não são considerados sujeitos de direitos pela estrutura de sociedade capitalista, e a negligência de direitos básicos é uma realidade presente. Os autores trazem a análise de que esse modelo social determina quem vive e quem morre, inserindo a naturalização da morte sobre o valor da vida (CARNEIRO, 2005).

Neste cenário é construído a negação, no qual a branquitude nega que o seu projeto hegemônico colonizador aderiu ao colonizado a culpa como mecanismo de defesa, como se a pessoa negra quisesse tomar algo do sujeito branco e por isso a violência seria uma resposta a essa questão, isso contribui para a naturalização da violência e para legitimar essa estrutura. Nesses corpos criou-se uma imagem inimiga, seu discurso foi legitimado por conta do poder, se ausentando da “culpa” por praticar essas violências, que uma vez naturalizadas pelo dilema de manter a paz e a ordem, foi institucionalizada, tanto que até nos dias atuais a nossa sociedade pouca reconhece seu passado escravocrata e as consequências disso (KILOMBA, 2019). A naturalização operada por esse sistema avança sobre a vida, e é justificado por segurança, riscos à economia do sistema capitalista, que alimenta “a conformação das almas” (ALMEIDA, 2019, p.75) sobre a vida, pois diante de tanta desigualdade, o trabalho ocupando todo o tempo das pessoas, com a fome muitas vezes apertando o peito, aquele seja só mais um corpo que passa na TV, “O sistema manipula sem ninguém saber, a lavagem cerebral te faz esquecer” (RACIONAIS, 1997).

Diante desse sistema escravocrata, a máscara de ferro era um dos objetos físicos mais utilizados pela branquitude para tapar a boca dos povos escravizados que se caracteriza como símbolo das políticas coloniais, usada como sistema de opressão para silenciar a fala desses



povos, porque o colonizador tinha posse do corpo e podia controlá-lo a sua forma, a pessoa negra e indígena foi transformada em um indivíduo outro, inerte de direitos e de ser considerado um ser humano (KILOMBA, 2019).

O racismo é utilizado pelo Estado como tecnologia de poder que torna possível o exercício da soberania, com a soberania social é realizável a normalização, como se fosse parte da nossa sociedade ter pessoas pobres ou mortas vítimas do racismo por exemplo, naturalizada pela sociedade por vários meios, um deles é a inserção da mídia neste processo. Dessa forma a função assassina do Estado é assegurada como parte social e que é institucionalizada, mesmo que direta ou indiretamente ele tenha o poder de conceber o direito, de quem morre e de quem vive (ALMEIDA, 2019).

A boca, o falar, era uma das estratégias que as pessoas escravizadas encontravam para lutar diante desse sistema opressor, era possível se conectar com sua ancestralidade através de cânticos, de falar sua língua originária, de perpetuar seus saberes, por isso era e é tão atacada, porque ao falar expomos toda estrutura de violência que é legitimada pela estrutura da branquitude, nos dias de hoje as formas de silenciamento se expande por meio da fome, o não acesso à educação, o genocídio do povo preto e indígena, o afastamento dessas pessoas de estarem em lugares de liderança ou mesmo ocupando seus espaços de pertencimento cultural, político e de direito, formas violentas que o racismo estrutural encontra para tapar a boca dessas pessoas de um jeito ou de outro (ALMEIDA, 2019).

No livro *Mulher, Raça e Classe*, Angela Davis (2016) aponta um argumento utilizado pela branquitude, “O conhecimento torna uma criança inadequada para a escravidão”. “[...] o estudo vai estragar até o melhor preto do mundo” (DOUGLASS apud DAVIS, 2016, p. 109). E isso, delimita que a educação popular daqueles sujeitos que vão em contradição a esse sistema hegemônico, não seja prioridade daqueles que querem garantir o apagamento de culturas e identidades multiculturais, e que a grande maioria desse poder está inserido em instituições governamentais. Como demonstra, os dados da realidade brasileira:

Tabela (nº2) Pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza (%)

	Branca	Preta ou Parda	Total
Inferior a US\$ 1,9 PPC 2022	3,6	8,8	6,5
Inferior a US\$ 5,5 PPC 2011	15,4	32,9	25,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018).  
Org. CARVALHO, Joice (2022).

Na (tabela nº 2) pode-se observar um indicador de pessoas com rendimento mensal domiciliar Per Capita- PPC, de que a reflexão proposta caminha lado a lado, e reflete os impactos sociais gerados pelo sistema colonial. A letra da música Periferia é periferia, vem dialogar nesse sentido com os dados: “Muita pobreza, estoura violência! Nossa raça está morrendo. Não me diga que está tudo bem!” (RACIONAIS, 1997). A população negra, é a maior população do país, é maior população que passa fome e vive em vulnerabilidade social, e é a população que mais enfrenta desafios em acessar a educação, e não tem como falar que está tudo bem com nossa sociedade,

O risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, 1993, p. 234).

A branquitude sempre determinou qual é direção da sociedade e de que forma nós, pessoas negras vivenciamos este mundo, em contradição vamos movimentar o nosso aprendizado como Lélia Gonzalez sabidamente diz “na cotidianidade de nossos falares, gestos, movimentos e modos de ser que atuam de tal maneira que deles nem temos consciência. É isso que caracteriza a cultura viva de um povo.” (GONZALEZ apud BAIROS, 1999, p. 17). Neste sentido, vamos nutrir nossas reflexões para desatar as amarras que o colonialismo nos molda. Com o falar, os dizeres e movimentos de nossos companheiros e companheiras de terra, vamos transgredir<sup>7</sup> e construir novas perspectivas.

#### **4.1 Aproximações do campo: raça e classe**

Sou Sem Terra, sou pobre, sou negrão sou revolução. Sou socialista, Sem Terra, sou agricultor vítima do racismo sou negro, sou trabalhador sou afro-brasileiro, e tenho coragem e rebeldia, pra derrotar essa nobreza selvagem, essa burguesia (SOUZA, 2017).

A finalidade desta discussão é a de apresentar as aproximações observadas em campo, a partir da representação do assentamento rural da reforma agrária: Boa Sorte articulada à perspectiva de raça e classe.

---

<sup>7</sup> Significado de Transgredir verbo transitivo direto: Ultrapassar o limite de algo; atravessar; infringir; transgredir uma norma social. Link: <https://www.dicio.com.br/transgredir/>

Nas palavras de Rauni Souza (2017), militante negro do MST, é expressa a importância de trazer esse debate para dialogar com as questões do campo, pois uma parcela das trabalhadoras e trabalhadores que vivem em assentamentos e acampamentos é afro brasileira, é pobre, e é atravessada todos os dias pelo racismo estrutural. Rauni, argumenta em suas produções que os movimentos sociais que compõem a luta pela Reforma Agrária precisam colocar como pauta a luta racial, e os movimentos negros precisam articular suas lutas como uma luta de classe “olhando para a questão agrária como embrionária”, porque ela é elementar nas desigualdades sócio-raciais no Brasil (SOUZA, 2017, p. 17).

Os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2018 aponta que os índices de pobreza estão 32,9% mais altos se comparada a situação entre as pessoas negras e às pessoas brancas, isso evidencia como a construção de inferioridade de raças pela branquitude é uma realidade afeta de maneira, também econômicas. Ser negro no Brasil é sinônimo de pobreza e morte, essa realidade esta articulada a construção colonial capitalista, que visa ter o “Outro” como exército de reserva, tornando a desigualdade uma constante efetiva (IBGE, 2018).

Esses apontamentos são importantes para compreender a luta pela democratização de terras e quais as populações se organizam para acessar seus direitos básicos, nos territórios quilombolas, indígenas e assentados. Em territórios rurais, os colonizadores tinham como foco a concentração da terra e apropriação de latifúndios, por meio do genocídio de indígenas e de negros, que tiveram suas condições marginalizadas, sem o direito a terra, o indígena se viu diante de sua exclusão social, do genocídio de seus povos, ao longo dos anos teve as florestas e territórios devastadas pelas grandes empresas agroindustriais. O negro foi condicionado a subserviência em fazendas, sendo explorado, e muitas vezes, sem acesso, ao básico para sua existência. Portanto,

A luta pela terra no Brasil tem historicamente um vínculo com a questão racial e gera luta de classes. Aqui a questão da colonização do território aconteceu a partir da questão racial, o sistema de colonização manteve estruturas econômicas, políticas e culturais que foram capazes de perpetuar terrivelmente a divisão sócio-racial da população. (SOUZA, 2017, p. 46).

Na história, as pessoas negras são uma das populações que residem nesses de desigualdade, tendo suas resistências marginalizadas, pelo domínio de terras coloniais alinhado ao Estado que impera nos interesses capitalistas, sendo um dispositivo epistemológico para desvincular essas culturas aos seus espaços de pertencimento, rompendo com sua função social

que deveria fomentar à Reforma Agrária como pauta efetiva de construção societária (SOUZA, 2017).

A segregação socioespacial de pessoas pretas e indígenas configura-se como um processo histórico de dominação de espaços rurais, seja para o latifundiário, mineradoras, ou pelo agronegócio que visualizam a terra, natureza e animais como recursos a serem explorados para a manutenção do capital (NASCIMENTO, 1989).

A narrativa expressa no início desse capítulo é referente a uma fala de Rauni Souza (2017), militante negro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no qual pontua a importância de trazer as questões do campo para dialogar com as questões de raça e classe, porque se a maioria da população é pobre e negra, podemos visualizar que para as análises epistemológicas de articulação dessa população, considera-se o fato de que estão inseridas em espaços rurais. Dessa forma, “olhando para a questão agrária como embrionária” (SOUZA, 2017, p. 17), articuladas às questões de raça e classe estão relacionadas com as questões do campo, percebemos como ela é elementar para combater as desigualdades sócio-raciais no Brasil.

Sendo assim, pode-se destacar o papel fundamental do MST na construção dos enfrentamentos cotidianos pelo campo e pela reforma agrária popular, que alimenta e produz mecanismos de efetivação para a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores por todo país. Neste sentido, a luta pela terra no Brasil é uma luta de raça e de classe que confronta o pacto colonialista, compreender isso é essencial para esta análise, pois, a partir desta reflexão teórica é possível questionar narrativas e pensar perspectivas efetivas de acesso a direitos básicos.

## **4.2 Questão social, questão agrária e o Serviço Social: semeando caminhos a amefricanidade**

Na nação racista brasileira nunca houve cidadania plena para o povo preto. E todos estão cientes dessa afirmação, o “direito” do povo preto sempre foi o de permanecer calado, quando tem a fala autorizada deve pronunciar: “não senhor, eu sou trabalhador!” Mas é a hora de revelar um segredo: O povo preto nunca foi submisso! A potência preta é histórica e nunca precisou de um Jesus preto, pois Exú sempre abriu os caminhos para o povo preto!<sup>8</sup> (ALVES).

A questão social é um processo fundado nas relações contraditórias entre capital e trabalho, em suas camadas produtivas com o início do capitalismo. De acordo com José Paulo Netto (2004), pode-se relacionar o surgimento da questão social com desenvolvimento da classe

---

<sup>8</sup> Trecho do poema “Não tentem ocultar a história do Brasil” de autoria de Leonardo Dias Alves.

trabalhadora no ambiente político, no espaço divergente com a produção social e capitalista. Levando em consideração a formação sócio-histórica das desigualdades, as refrações da questão social, incidem nos processos contemporâneos de intensificação do lucro e de seus rebatimentos de exploração na classe trabalhadora (NETTO, 2004).

É importante compreender o Estado como um agente fundamental nessa construção, pois pela divisão sociotécnica do trabalho ele representa interesses da classe burguesa, entretanto, também tem um papel importante no estabelecimento de políticas públicas com mecanismos possíveis a diminuição das desigualdades sociais e no trato da questão social. Dessa forma, o Serviço Social está posto nesta conjuntura de contradição, produzindo e implementando políticas sociais em torno de seu Projeto Ético Político que visa a emancipação da classe trabalhadora (CFESS, 2014).

Os autores Netto e Sant’Ana (2004), apontam que “a questão agrária é uma das expressões da questão social, pois reflete as contradições postas pelo capitalismo no meio rural, e no Brasil com particularidades históricas extremamente perversas” (NETTO, 2004). Pode-se apreender que a questão agrária é um tocante importante quando se refere à questão social no Brasil, pois suas relações estão vinculadas entre si, como os problemas advindos do desenvolvimento desenfreado da agropecuária, como a devastação de territórios indígenas e o apagamento da Reforma Agrária Popular.

A temática da questão agrária vem aos poucos sendo abordada pelo Serviço Social, mas em uma perspectiva interseccionada<sup>9</sup> com raça, classe e gênero, esse debate precisa ganhar mais visibilidade. Alguns trabalhos relatam a atuação profissional em assentamentos, em diálogo com os movimentos sociais do campo, entretanto, necessita de mais compreensão tanto no cotidiano profissional, quanto nos currículos dos cursos de Serviço Social.

A realidade brasileira nos mostra demandas urgentes da questão social, da questão agrária e da questão racial. De acordo com EINSFELD (2009), compreendemos a urgência da categoria profissional em se atentar para esta realidade que se faz emergente, e pensar que este compromisso está para além do Código de Ética Profissional ou nas Diretrizes do CFESS, pois as violências com as populações negras, indígenas, quilombolas e assentadas são uma realidade presente, atingida por violências institucionais, além de reconhecer que os espaços rurais podem

---

<sup>9</sup> Interseccionalidade é conceito cunhado pelo feminismo negro para interseccionalizar opressões, como raça, classe, gênero e sexualidade: A autora Carla Akotirene trás em seu livro: Interseccionalidade, da coleção de feminismo plurais o pensamento segundo, algumas escritoras negras, uma delas é Kimberlé Crenshaw, expressa que a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea de avenidas identitárias (AKOTIRENE, 2019).

ser espaços de possibilidades, sendo um compromisso também político visando uma transformação societária junto dos movimentos populares,

Neste sentido, o racismo se apresenta como um grande entrave para a emancipação prática, já que nem como cidadã a população negra é tratada. Para a ampliação da materialização do Projeto Ético-Político, no que envolve uma disputa de consciência social e racial, visando à emancipação humana, o antirracismo deve ser apresentado como um eixo central das lutas, reflexões e embasamento teórico no conjunto das/os profissionais de Serviço Social. (ALVES, 2022, p. 143).

A construção étnico-racial vem sendo trabalhada no âmbito do Serviço Social, mas devemos analisar que de formas epistêmicas isso ainda é silenciado de diversas formas, dentro e fora do trabalho profissional. Uma das lacunas que nos defrontamos é a formação acadêmica profissional, ainda nos deparamos com entraves, como o acesso de alunas (os) de baixa renda, indígenas, negros, quilombolas e assentados, porque quando colocado em pauta a educação antirracista, o acesso e permanência desses alunos devem ser considerados, e é papel do Serviço Social promover discussões e reflexões sobre o contexto da educação de acesso e permanência desses grupos sociais.

A categoria vem nutrindo debates, construções acadêmicas e profissionais sobre a temática do antirracismo, entretanto a questão agrária ainda precisa de muitos avanços em relação ao Serviço Social, com o enfrentamento das refrações sociais. O Projeto Ético Político alimenta o debate no que se refere a fundamentações históricas e nas dimensões teórico-metodológica, ética-política e técnico-operativa, para a construção de caminhos para a emancipação prática da classe trabalhadora dos sistemas de violência e opressão (IAMAMOTO, 2000).

Uma das possibilidades para estes caminhos, foi o documento intitulado Bandeiras de Luta, em conjunto do Centro Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e a Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que um de seus instrumentos é o combate e enfrentamento ao racismo, conforme previsto na Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social no Brasil (CFESS-CRESS, 2019).

Destaca-se no documento Bandeiras de Luta, com ênfase na defesa da ética e dos direitos humanos, algumas linhas de luta:

6. Posicionamento contrário ao racismo e defesa das lutas pela equidade de raça, etnia, gênero e pela política de igualdade racial; 7. Posicionamento contrário a todas as formas de exploração e discriminação de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física; 10. Manifestar-se, sempre que

necessário, contra a violação de direitos humanos em âmbito nacional e internacional;  
13. Defender e participar nas ações dos movimentos sociais em defesa do direito à comunicação, na perspectiva dos direitos humanos. (CFESS; CRESS, 2019, p. 10).

Podemos aferir que o Projeto Ético Político direciona para quais caminhos a categoria deve seguir, objetivando a emancipação política do/a trabalhador/a, por isso que o olhar para a questão agrária com uma perspectiva de raça e classe se faz importante na luta contra as estruturas dominantes de opressão. Fortalecendo princípios antirracistas no cotidiano profissional e na formação acadêmico-profissional, que se faz um agente referência para centralizar este debate racial como estrutural para se pensar a questão social brasileira.

Apontamos aqui os deveres que o Serviço Social deve estar politicamente alinhado e apresento como um caminho possível para impulsionar a atuação profissional, a perspectiva da Amefricanidade. Em contraposição ao sistema racista, Lélia Gonzalez expressa que as categorias políticas e culturais da Amefricanidade, são democráticas, o próprio termo já nos permite a ter uma compreensão mais profunda em seu caráter territorial, linguístico e ideológico, ampliando nossa visão de forma mais ampla (GONZALEZ, 2018).

Isso perpassa a uma consciência coletiva de tudo que foi feito pelo sistema colonialista e o que podemos realizar compreendendo as contribuições dos afro americanos, em nossos processos históricos, e potencializar esse conhecimento de mundo que está para além das lentes coloniais. Nós, enquanto estudantes e profissionais, podemos e devemos construir essa nova narrativa de sociedade, pois:

[...]a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada [...] americanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente estudada. (GONZALEZ, 2018, p. 329-330).

Para tanto, não se identifica apenas como um termo, mas como de construção de bases cultural e política, levando em consideração as questões étnico raciais, de classe e gênero presentes na América Latina, no qual Gonzalez denomina como América Latina, para potencializar a formação econômica, política e cultural deste território.

## **5 SÍNTESE E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: SABER PARA ONDE ESTOU INDO**

Em pertencimento: uma cultura do lugar, presto uma homenagem ao passado como um ponto de partida para que revisemos e renovemos nosso compromisso com o presente, com a criação de mundo no qual todas as pessoas possam viver de forma

plena e satisfatória, no qual todos tenham a sensação de pertencimento (HOOKS, 2022, p. 26).

Buscamos entrelaçar neste capítulo o trabalho de campo que foi elaborado a partir do arcabouço teórico. Assim, partiremos do princípio de apresentar o assentamento aonde foram realizadas as entrevistas semi estruturadas, que é também um lugar de minhas raízes e é o lugar para onde estou indo, não só físico, mas como uma perspectiva de visão (bell hooks, 2022). No mais, apresentamos as/os interlocutoras/es participantes dessa pesquisa.

A pesquisa de campo foi realizada no assentamento 17 de Abril<sup>10</sup> conhecido também como “Boa Sorte”, no município de Restinga, estado de São Paulo. A aproximação com o assentamento decorre do fato de que minha família mora lá há 24 anos, e atua como uma das famílias fundadoras, desde o acampamento até o estabelecimento como um assentamento, em 1998. Lá residem cerca de 160 famílias, fruto da articulação e luta de trabalhadores/as do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Sindicato dos Sapateiros de Franca e do Movimento de Libertação dos Sem Terra- MLST.

No assentamento Boa Sorte, as famílias residentes realizam diversas formas de produção, como plantio de feijão, café, hortaliças, mandioca, banana, entre outras, e parte é focada na produção de produtos orgânicos, com projetos de hortas.

O território do assentamento, apresenta dois espaços importantes para o seu desenvolvimento, o primeiro é a área do posto de saúde que foi realizado com uma política do governo federal em 2006 em parceria com o município, e oferece serviço básico de saúde aos assentados. O segundo espaço é a escola municipal de ensino infantil e fundamental “Leonor Mendes Barros”, que já existia o espaço físico, mas ao longo dos anos, tornou-se uma construção coletiva de movimentos populares como o MST e o MLST, o governo municipal fez melhorias. Dessa forma, o assentamento conta com o apoio do município de Restinga para que seja ofertado o ônibus rural que leva as crianças para a escola dentro do Boa Sorte e também para outras escolas na região de Restinga e Franca.

A pesquisa teve participação de trabalhadores e trabalhadoras que moram atualmente ou já moraram no assentamento boa sorte. De acordo com a Lei nº 5.889 de 8 de julho de 1973, configura-se como trabalhador rural, os requisitos:

---

<sup>10</sup> O nome do assentamento 17 de Abril homenageia as vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido neste mesmo dia no ano de 1996. Vinte e seis anos atrás, 19 sem-terra que estavam acampados na cidade paraense de Eldorado dos Carajás foram mortos a tiros pela Polícia Militar estadual. O episódio ganhou repercussão nacional e internacional e se tornou um marco da luta pela reforma agrária no Brasil. Acesso em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/1709611/opinieatildeo/2022/04/17-de-abri>



Art. 2º Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1993).

Por meio da escuta de suas experiências e saberes, observamos a relação das políticas públicas de educação do campo e sua influência para os saberes populares, assim como analisar o impacto da questão social sobre as políticas públicas e evidenciar a importância da categoria profissional do Serviço Social no espaço rural.

A identificação das pessoas participantes dessa pesquisa, segue em ordem cronológica do período em que ocorreram:

**ER. 19** se identifica como mulher e parda. A participação da jovem foi presencialmente, no final de agosto de 2022, na cidade vizinha ao assentamento Restinga-SP, em sua casa. A ER.19 concluiu o ensino médio, faz curso técnico de enfermagem, trabalha como freelancer nas horas vagas, morou até os 15 anos no assentamento Boa Sorte, mas mudou-se para estudar.

**M.H. 47** se identifica como mulher e preta. Sua participação foi presencialmente no final de agosto de 2022, na cidade vizinha ao assentamento Restinga-SP, em sua casa. M.H concluiu o ensino médio, trabalhadora rural, produz horta orgânica e doces, no geral, foi atuante e membro fundadora da Associação de Mulheres Solidárias e Gênero do assentamento 17 de abril, trabalha atualmente em restaurante, e em sua loja em casa. Mudou do assentamento mais ou menos uns quatro anos, para que os dois filhos pudessem ter acesso a outros níveis de educação, e frequentemente visita o lote de sua família, visto que ainda tem uma casa na terra.

**S.R. 73** se identifica como mulher e preta. Sua participação foi presencialmente no final de agosto de 2022, em seu lote no assentamento Boa Sorte. S.R 73 estudou até a quarta série, trabalhadora rural, mãe de nove filhos, membra fundadora da Associação de Mulheres Solidárias e Gênero do assentamento 17 de Abril, atualmente é aposentada, mas ainda faz pequenos cultivos em seu lote como pequena agricultora com hortaliças, mandioca, limão, banana e tem uma criação de galinhas e peixes. Mora no assentamento desde 1998, ano de sua fundação com o companheiro e um dos filhos.

**T. 65** se identifica como mulher e branca. Sua participação foi presencialmente, em seu lote no assentamento boa sorte, vive com seu companheiro. T.65 foi fundadora da Associação de Mulheres Solidárias e Gênero do assentamento 17 de Abril, e atualmente é a presidente, trabalhadora rural e aposentada. Mora no assentamento desde sua fundação em 1998.

**E. 37** se identifica como mulher e branca. Sua participação foi presencialmente no seu lote, na sala, no período da noite, mora junto com o companheiro e duas filhas pequenas. E.37 cursou hotelaria e pedagogia em uma universidade particular, hoje é trabalhadora do lar.

Morava no assentamento com a família desde 1998, depois conquistou seu próprio pedaço de terra. As filhas estudam na escola “Leonor Mendes Barros”.

**M.R. 41** se identifica como homem e negro. Sua participação foi presencialmente no seu lote, no período da noite após o período de trabalho, na sua sala, mora junto com sua companheira e duas filhas pequenas. M.R 41, morava em uma outra fazenda com família, veio morar no assentamento com 17 anos no lote dos pais, atualmente tem seu próprio pedaço de terra. Trabalhador rural, produtor de café e milho, trabalha também como motorista no ônibus rural que leva as crianças do assentamento para a escola “Leonor Mendes Barros” e também para a escola na zona urbana.

**L.C. 76** se identifica como homem e branco. Sua participação foi presencialmente no seu lote, no período da manhã, jogando uma partida de dama na varanda. L.C 76 mora junto de sua companheira e filho no assentamento, antes de morar no assentamento, trabalhava como agricultor e caseiro em uma outra fazenda na região. Trabalhador rural, produzia leite, horta, orgânicos, galinha, porco, legumes e hortaliças para projeto de horta da Associação de Mulheres Solidárias, atualmente é aposentado, cultiva milho, mandioca e banana.

**M.L. 35** se identifica como mulher e negra. Sua participação ocorreu no formato virtual - devido alguns condicionamentos de distância e compatibilidade de horários, foi excepcionalmente realizada nesse formato - pela mídia digital WhatsApp, no dia 01 de outubro de 2022. ML. 35 morou no assentamento desde a infância no lote da família, estudou o ensino médio na escola do município utilizando ônibus rural, trabalhou no assentamento por muito tempo com a família. Foi morar na zona urbana, depois que casou, mora atualmente com o companheiro e o filho pequeno, trabalha como técnica de enfermagem.

## **5.1 Caráter da pesquisa: os caminhos metodológicos**

Apresento os caminhos metodológicos que foram desenvolvidos nessa pesquisa, para cumprir com o estudo das Políticas de Educação do Campo, sinalizando questões de raça e classe focalizando em uma análise bibliográfica de totalidade da realidade, somada ao trabalho de campo e a realização de entrevistas semi estruturadas.

Uma das abordagens presentes na pesquisa é sob o método dialético, proposto por Marx que a realidade busca apresentar características contraditórias, de forma orgânica, unidas e indissolúveis. Na proposição de Hegel as contradições são presentes e dão origens às soluções. Empregue na pesquisa qualitativa isso se associa a uma dinâmica da realidade visando a

totalidade, pois reflete conjunturas que estão dentro de um contexto social, político, econômico, cultural e afins que estão em constante movimentação (GIL, 2008, p. 14).

O método dialético favorece as mudanças presentes em um trabalho qualitativo, como expressa Godoy (1995, p 4.) “a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”. Dessa forma, a abordagem qualitativa é o principal ponto de teorização metodológica da pesquisa e para compor a reflexão expressa por Marilda Vilela Iamamoto (2021),

Para isso a apropriação do acervo teórico-metodológico legado pelas ciências sociais e humanas e pela teoria social crítica, como pressuposto para iluminar a leitura da realidade, afigura-se como requisito indispensável, mas suficiente. A dinamicidade dos processos históricos requer a permanente pesquisa de suas expressões concretas informando a elaboração de propostas de trabalho que sejam factíveis, isto é, capazes de impulsionar a realização das mudanças pretendidas (IAMAMOTO, 2001, p.273).

Na pesquisa soma-se a uma análise bibliográfica por meio de artigos, livros, sites, entre outros mecanismos possíveis, para compreender os objetivos postos. Um dos outros instrumentos utilizados para compor essa pesquisa é o trabalho de campo, de acordo com NETO (1994, p. 51) “o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar conhecimento, partindo da realidade presente no campo”. Com ele foi possível localizar desafios, conquistas, a história de como está inserida as políticas públicas de educação do campo em seus cotidianos, além de evidenciar a importância da categoria do Serviço Social no assentamento.

Neste cenário, foi realizado o trabalho de campo com a utilização do instrumento de entrevista semiestruturada, para compreender a importância da pesquisa para este trabalho, ressalta-se que:

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos- objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva. (MINAYO, 2002, p. 57).

Desta maneira, as perguntas das entrevistas foram de modo individual, com o objetivo de colher de forma dinâmica os processos históricos e de experiências que as pessoas entrevistadas pudessem trazer. Os conteúdos das perguntas foram a respeito da idade, breve história de sua jornada no assentamento, nível de escolaridade, se conhece o que são Políticas

de Educação do Campo, se já teve algum contato com elas, como o PRONACAMPO, PRONERA, PROCAMPO, se teve alguma dificuldade no acesso de algum outro ambiente educacional e também sobre o contato dos assentados com os/as profissionais da assistência social.

O ambiente que pesquisado foi o Assentamento 17 de Abril (Fazenda Boa Sorte), com visitas previamente agendadas pela pesquisadora via telefone, já que tanto a pesquisadora quanto sua família têm conhecimento do local e das pessoas que ali vivem, nas casas das (os) moradoras (es), seguindo as orientações de segurança da Organização Mundial da Saúde (OMS), devido a pandemia da covid-19. As (os) participantes da pesquisa de campos foram as (os) moradores da fazenda Boa Sorte. Realizadas de forma presencialmente, e excepcionalmente uma teve que ser online, via chamada de vídeo whatsapp.

## **5.2 Coleta e análise de dados: o vínculo com a terra**

O decorrer dessa pesquisa objetivou atender aos objetivos específicos, por meio das etapas que se segue:

Para atender os objetivos específicos (1) resgatar componentes de raça e classe para questões estruturantes da terra e o objetivo (2) Compreender e valorizar as dimensões do pensamento da Amefricanidade para a efetivação das políticas de educação para assentamentos da Reforma Agrária foram abarcados pelas discussões teóricas e bibliográficas por meio de livros e artigos científicos para realizar as interlocuções entre campo, raça e classe trazendo o Serviço Social para dialogar com essas questões.

O objetivo específico (3) atuação das políticas públicas de educação no campo e sua influência para os saberes populares, foi condicionada por estudos bibliográficos de livros, artigos e leis federais que compõem o conhecimento dessas políticas, em conjunto com o trabalho de campo que por meio das entrevistas semi-estruturas possibilitou que esse objetivo fosse alcançado. O objetivo (4) analisar o impacto da questão social sobre as políticas públicas e evidenciar a importância da categoria foi desenvolvido pela pesquisa em livros, artigos, somado ao trabalho de campo que trouxe muito a importância da categoria em suas vivências.

Diante desse contexto, a análise dos dados do trabalho de campo foi realizada de acordo com respostas, experiências e narrativas compartilhadas na entrevista semi-estruturada, pelas (os) participantes da pesquisa. A compreensão dos dados recolhidos processou-se de forma qualitativa, priorizando o estudo das realidades e informações, em uma abordagem dialética.

### 5.3 Diário de campo

Posteriormente a construção teórica, foi realizado o trabalho de campo que deu frutos ao diário de campo. Abrangeu experiências, fatos vivenciados, momentos históricos, lutas, desafios e narrativas, como um processo semeador que somado a estrutura teórica foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com Minayo (2022), podemos estabelecer três finalidades para a análise de dados: a) estabelecer uma compreensão dos dados coletados, b) confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ou responder às questões formuladas, c) ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado. Esses pontos são constituidores da pesquisa social.

Para Weber (2009) o diário de campo utilizado na pesquisa faz-se importante pois integra a ligação de discursos, observações e atuações coletadas, de forma que o conteúdo pode contribuir para a análise dos fenômenos. A autora aponta que,

o diário de campo não é um texto secreto, é um estoque de materiais para utilizarmos sem preconceito, mas cientes de seus propósitos. Claro, podemos deixar para uma outra pessoa o cuidado e a responsabilidade de decidir o que, no conjunto do foi escrito no diário, é útil; mas nesse caso não é somente a pesquisa de um outro, mas uma outra pesquisa - não menos interessante, sem dúvida - que se dá desde o processo de elaboração. (WEBER, 2009, p. 169).

Nessa perspectiva, o diário de campo se caracteriza como instrumento que, associado ao trabalho de campo e realização de entrevista semi estruturada contribuiu para a análise de dados, informações, e os resultados encontrados na pesquisa.

### 5.4 Análise de conteúdo: em solo firme

As lições da minha infância foram narrativas contestadoras que me ensinaram a cuidar da terra, a respeitar as pessoas do campo. Esse respeito pela terra, pela menina do interior que habita em mim. (bell hooks, 2022, p. 160).

Aqui construímos a análise de conteúdo com o intuito de apresentar as narrativas coletadas na entrevista semi estruturada e as informações registradas no do diário de campo. Isso posto, partimos do pressuposto que para além do estudo, tenha também uma articulação dos conhecimentos, entre autores e interlocutores participantes da pesquisa para atender os objetivos propostos. pesquisa deriva-se da fundamentação teórica sobre as finalidades da fase da análise acompanhada por Minayo (2002),

Podemos apontar três finalidades para essa etapa: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte. Essas finalidades são complementares, em termos de pesquisa social. (MINAYO, 2002, p. 69).

Neste sentido, a análise do conteúdo das entrevistas coletadas irá se construir apontando os objetivos propostos na pesquisa, costurando com algumas narrativas coletadas e dialogando com alguns autores propostos.

O objetivo de identificar a atuação das políticas públicas de educação no campo e sua influência para os saberes populares foi atendido pela fala dos entrevistados, de acordo com a vivência de cada um foi possível compreender como projetos educacionais influenciam e a manutenção de saberes populares. Percebemos nas respostas, uma grande influência da escola “Leonor Mendes Barros” e do município no fomento da promoção educacional do ensino infantil ao ensino médio, com projetos culturais, de lazer, de educação que estejam de fato relacionadas com a sua realidade específica do campo. Aponta-se também que ao longo dos anos por mudanças políticas e econômicas, essas ações tiveram fases de acontecimentos, visto que muitos desses projetos tem a ver com o desenvolvimento cultural e de formação profissional dos educadores presentes nesses processos. Como contemplamos nos dizeres,

Tinha fase maternal na escola, coloquei o meu filho para fazer a formação de sala, as mães iam trabalhar e a gente formou essa sala na escola, junto com a prefeitura, junto com a diretora nas escolas, com as mães e a gente precisava de alguém que olhasse essas crianças e dentro do assentamento não tinha uma creche, tinha a parceria com a prefeitura que fez essa sala nova na escola, a gente fez um levantamento de mães novas que ajudavam seus maridos dentro dos sítios, e às vezes, não ia trabalhar porque ficava em casa cuidando das crianças, porque tinha aquelas que iam para a escola, mas tinha um bebezinho em casa de dois aninhos, de três e que poderia tá na creche, não tinha e a gente foi e montamos essa sala na escola. (Informação verbal)<sup>11</sup>.

Essa fala já é um demonstrativo da efetivação das condições educacionais, junto com uma força coletiva de pressão popular acerca de uma demanda específica desse espaço e por meio da construção coletiva de suportes institucionais, condizentes para atender os direitos sociais dos assentados de ter acesso à escola. É importante refletir que, mesmo que haja uma política nacional que rege a educação do campo, as lutas e desafios cotidianos se fazem presentes e a atuação popular de movimentos, de trabalhadores e trabalhadoras se destacam.

Pelos percursos de identificação da aplicação das leis na realidade vivenciada pelos entrevistados. Como expressa o decreto nacional nº7.352, de 4 de novembro de 2010, dispõe-

---

<sup>11</sup> Informação fornecida pelo trabalho de campo, realizado em 31 de agosto de 2022, de forma presencial (M.H 47).

se sobre a política de educação do campo e do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária- PRONERA.

§ 4o A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo. (BRASIL, 2010).

Referente a essa lei, alguns pontos importantes de se pensar, é sobre o acesso a estruturas físicas nos assentamentos brasileiros. A realidade do assentamento Boa Sorte que já tem uma estrutura de escola, mesmo que base e com algumas defasagens, mas ainda tem a solidificação de um ambiente físico, sala de aula, espaço de recreio, cozinha para fazer os lanches. Entretanto, isso difere-se de muitas realidades vivenciadas por outros assentamentos no Brasil. Na fala de uma das entrevistas é possível perceber alguns pontos sobre a estrutura e também sobre a o projeto político pedagógico que é voltado para realidade que o campo vive:

O professor fazia essas rodas de conversa dentro das salas de aula mesmo. Bem legal de trabalhar fazer aqui as rodinhas de conversa com a criança dentro da sala de aula, às vezes era fora da sala de aula ao ar livre e tinha muita brincadeira assim sabe? E aquelas brincadeiras antigas que eles tentavam resgatar, sabe? era nossa, tem muita coisa, como as histórias folclóricas também que marca muito sabe? É muito, tem muita coisa legal que aconteceu lá sabe? A escola não é muito, não tinha muita estrutura a escola, mas o que podia fornecer elas forneciam (Informação verbal)<sup>12</sup>.

Na sociedade, outras instituições educacionais são responsáveis por difundir processos de formação entre os assentados. “Curso de orgânicos” realizado dentro do assentamento e promovido em parceria com a SENAI e prefeitura. “O curso de manipulação de alimentos e também de plantio de horta” (M.H). A entrevistada aponta ainda que esses projetos agregam valor na qualidade de vida dentro do assentamento, no entanto traz uma questão interessante para se pensar,

Só que isso não é suficiente para segurar a gente dentro do assentamento. No caso, tem aqueles adolescentes que não conseguem se manter lá dentro. Por quê? Durante o dia eles trabalham lá dentro. Sai pra fazer o curso. Mas é cansativo, a distância. E é cansativo você pegar um ônibus por exemplo levantar cedo, trabalhar, pegar um ônibus à tarde, vai pro colégio agrícola, volta pra casa só a noite, sabe? isso é acordar cedo pra trabalhar, isso não é suficiente pra segurar os jovens dentro do assentamento.

---

<sup>12</sup> Informação fornecida pelo trabalho de campo, realizado em 31 de agosto de 2022, de forma presencial (M.H 47).

Aqueles que querem mesmo é chegar, sair do curso e vai tentar ali ó, fazer o que, o que aprendeu dentro do assentamento. (Informação verbal)<sup>13</sup>.

No decreto do PRONERA (2010), garante o transporte rural como direito das populações do campo. No assentamento Boa Sorte tem este direito, no entanto sofre por algumas questões que transpassam nas falas dos entrevistados. Assim como, os desafios se permanecerem no campo, quando se diz respeito à educação, muitas pessoas deixam de estar nesses ambientes para ter acesso a formação educacional. Agora apontamos, o eixo presente na política educacional, que é o acesso à universidade, os entrevistados quando questionados apresentaram:

Eu sei das políticas, mas eu não as conheço. Eu sei que elas funcionam porque já deu certo com algumas pessoas que eu conheço. Acesso a universidade eu sei que tem pra medicina, e veterinário, advocacia. Tem alunos, tem meninas do assentamento que eu conheço que fizeram, tem alguns que estão fazendo. tem a mais próxima aqui é o técnico né? O colégio agrícola tem a Paula Souza que os meninos fazem os cursos de farmácia de enfermagem. (Informação verbal)<sup>14</sup>.

Nas respostas sobre o conhecimento das políticas públicas de educação do campo, algumas respostas dizem conhecer as políticas, mas não entender como elas funcionam, outros alegaram o desconhecimento da existência desse acesso. É um fato que apareceu muito nas respostas foi a dificuldade na disseminação de informações a respeito do acesso a essas políticas, e isso é uma questão importante para se refletir, pois se parcela dessas políticas públicas são para o acesso de assentados a universidade, o desconhecimento é preocupante, não só da universidade, mas de outros espaços educativos também.

Um dos entrevistados expressou “a ideia vai crescendo, por aquela dali ele vai multiplicando, né? É isso que eu entendo. Ele vai repassando conhecimento, né?” (L.C 76). Isso nos demonstra uma das grandes importâncias para os saberes populares, disseminar saberes voltados para a sua comunidade, trazer o que se aprendeu para semear o conhecimento nas práticas cotidianas, com as pessoas que estão construindo junto naquele espaço. Por meio de um dos conhecimentos apreendidos, foi possível a criação da Associação de Mulheres Solidárias e de Gênero, dentro do assentamento. Contudo, as narrativas nos demonstraram que essas políticas são extremamente necessárias e urgentes para os espaços rurais, isso permite

---

<sup>13</sup> Informação fornecida pelo trabalho de campo, realizado em 31 de agosto de 2022, de forma presencial (M.H 47).

<sup>14</sup> Informação fornecida pelo trabalho de campo, realizado em 31 de agosto de 2022, de forma presencial (M.H 47).



uma consolidação do aprendizado em um movimento rotativo, um aprende com o outro e isso vai se construindo.

O outro objetivo específico que foi possível atingir a partir do trabalho de campo, foi o impacto da questão social sobre as políticas públicas e evidenciar a importância da categoria profissional do serviço social nos assentamentos,

Como profissão que atua junto às diversas expressões da questão social, o Serviço Social compreende que é a configuração perversa dada pela luta de classe no Brasil o fundamento da questão social, a qual impõe aos/as trabalhadores/as deste país uma situação de extrema precarização da vida e do trabalho. Daí o agravamento das condições vivenciadas pela população atendida pelas políticas públicas, especialmente as sociais. A questão agrária é uma particularidade da questão social, resultante dos embates travados a partir da configuração do modelo de desenvolvimento agrário e de um sistema econômico que aprofunda a desigualdade social. (CFESS, 2012).

A questão social é um embate que o Serviço Social carrega em sua atuação, a dualidade entre o capitalismo e o trabalho, este trabalho refere-se a questões da classe trabalhadora. Os impasses do sistema capitalista carregam nuances do colonialismo, isso demonstra que a educação para a classe trabalhadora sempre enfrentou grandes desafios e a questão social só potencializa essas desigualdades. E fica explícito essas desigualdades nas falas dos entrevistados:

Eu acho que para as pessoas da zona rural, faltam muitas oportunidades, tinha que desenvolver mais projetos, às vezes, as informações nem chegam. Na minha experiência, não sei se é porque eu era muito nova, mas eu não tinha nem ideia, desses cursos que tinham na cidade, que eram gratuitos, e que a gente poderia fazer e eu só vi isso quando eu me mudei, então acredito que falta circular muitas informações no meio rural (Informação verbal)<sup>15</sup>.

Quando questionado sobre a atuação de profissionais da assistência social no assentamento, expressaram que,

Já teve assistente social do município, que no caso vai dar palestra na escola, vai dar palestra no posto de saúde, e também teve uma época que tinha uma assistente social lá, pelo Instituto de Terras, que era quando as pessoas queriam uma aposentadoria, um afastamento, aí fazia aquela notificação com os funcionários do ITESP<sup>16</sup> (Informação verbal)<sup>17</sup>.

Como profissão que atua junto às diversas expressões da questão social, o Serviço Social compreende que é a configuração perversa dada pela luta de classe no Brasil o fundamento da

---

<sup>15</sup> Informação fornecida pelo trabalho de campo, realizado em 31 de agosto de 2022, de forma presencial (E.R 19).

<sup>16</sup> Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo-ITESP

<sup>17</sup> Informação fornecida pelo trabalho de campo, realizado em 31 de agosto de 2022, de forma presencial (H.R 47).

questão social, a qual impõe aos/às trabalhadores/as deste país uma situação de extrema precarização da vida e do trabalho. Daí o agravamento das condições vivenciadas pela população atendida pelas políticas públicas, especialmente as sociais. A questão agrária é uma particularidade da questão social, resultante dos embates travados a partir da configuração do modelo de desenvolvimento agrário e de um sistema econômico que aprofunda a desigualdade social.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu reconheço esse trabalho como ponto inicial para discussões futuras a respeito das questões aqui trabalhadas. As populações do campo têm questões urgentes que precisam ser olhadas com mais atenção pela sociedade brasileira, questões próprias de sua realidade. A população negra no Brasil foi forçada a sobreviver nesses espaços com direitos sociais rompidos. Esse trabalho analisou os desafios que vivenciamos ao querer que essa população tenha seus direitos garantidos, principalmente a educação como princípio e para além dessas coisas, que essa pesquisa possa incentivar outras/os estudantes, educadores e educadoras, a voltar a essas raízes e visualizar a potência que está nos campos brasileiros.

Dessa forma, por meio das lutas cotidianas fortalecidas pelos movimentos sociais, a luta pela terra no Brasil, é uma luta de raça e de classe que confronta o projeto racista que a colonialidade tenta nos fazer engolir e atravessa nossos corpos, isso significa compreender essa estrutura para romper esse poder colonial, através de um campo que busca restabelecer direitos que são violados.

Assentar, aquilombar e demarcar, tudo isso somado a educação dessa classe é poderoso, revira o acordo que a branquitude colocou nos corpos pretos e indígenas de determinar qual o espaço físico e social eles devem ocupar, construímos um ambiente de transformar essas estruturas pelo ato de não nos acostumar, de sempre se incomodar, dito isso para a sociedade como um todo, porque isso é um problema social que afeta todas e todos, e se afeta o micro e o macro não devemos conformar nossas almas em atos violentos naturalizados como esse sistema nos força a acreditar, mas sim compreender, pensar e executar alternativas para modificar realidades que são afetadas, um passo de cada vez no caminho que a desigualdade social não seja uma realidade natural.

O percorrer dessa pesquisa se deu por meio de quatro capítulos: O primeiro: ***Entre a terra e o território: um lugar ao sol***, realizou a reflexão vinculando a educação do campo, como o processo inicial de desenvolvimento social que se deu através do colonialismo, um

mecanismo histórico que ditou a posse da terra e quem poderia trabalhar nela. Diretamente ligada à reforma agrária, a temática de terra e território, perpassa por direitos sociais e a luta pela democratização de terras no Brasil e a pesquisa em campo demonstrou que os/as assentados/as transformaram a terra em território de vida e de educação.

O segundo capítulo: *Análise das Políticas Públicas de Educação do Campo: enfrentamentos e conquistas*, evidenciou a historicidade da educação popular do campo no Brasil que foi regada por muita luta dos movimentos populares. Centralizou a função de cada política educacional que rege o Programa Nacional de Educação do Campo. Além de apontar a importância do acesso à educação para os saberes populares e os assentamentos rurais da Reforma Agrária. Visualizamos na pesquisa em campo que os assentados sabem da existência das políticas, mas não compreende como é o seu funcionamento, e isso é um demonstrativo de que falta maior disseminação das informações para que atenda essa população, e isso foi uma questão que apareceu muito nas falas dos assentados. Assim se percebe a ineficácia na democratização dos acessos e informações dessas políticas públicas. Ficou exposto também, que a educação seja ela básica, técnica ou acadêmica, é extremamente para a formação de educadores e trabalhadores que podem aplicar o saber apreendido na terra, e ficou evidente que a disseminação de conhecimentos dentro do assentamento permite a permanência das pessoas no assentamento, pois ali dentro é possível compartilhar as múltiplas potências que são visíveis quando se tem acesso à informação e educação de qualidade.

O terceiro capítulo: *Colonialidade e o racismo estrutural: o que nos atravessa*, expressou o colonialismo como ponto principal na formação do racismo estrutural. Foi compreendido como esse sistema impacta a nossa sociedade e retrocede a democratização das terras e a educação do campo como direitos sociais. Para fortalecer o estudo, dentro dele foram escritas duas subdivisões, sendo assim: *Aproximações do campo: raça, classe e gênero*, que abordou as intersecções de raça e classe que estão presentes nos assentamentos rurais e como eles se relacionam entre si. *Questão social, questão agrária e o Serviço Social: semeando caminhos a amefricanidade*, foi estudado a questão social e a questão agrária como pontos fundantes nas desigualdades sociais, ressaltando a importância de refletir e olhar mais para essas questões do ponto de vista do serviço social brasileiro, pois isso afeta diretamente a população que tem seus direitos violados.

No mais, apresento a Amefricanidade, como perspectiva de análise da sociedade. O trabalho de campo e a pesquisa bibliográfica demonstrou que devido às contradições da questão social e do sistema capitalista, que não prioriza a classe trabalhadora, o assentamento fica no meio disso negligenciado e é afetado com o não acesso à educação, pois historicamente o

sistema colonialista coloca obstáculos para o acesso de pessoas negras, baixa renda e assentados à educação de qualidade. E com a Amefricanidade é possível fazer uma leitura de realidade sócio histórica que nos permite visualizar a totalidade da realidade do campo brasileiro. E o Serviço Social se depara com essas contradições sociais, e enquanto categoria profissional pode utilizar da visão da Amefricanidade para pensar novas possibilidades do trabalho profissional e da aplicação das políticas públicas.

Por fim, para a compreensão do acesso à educação e seus desafios, é importante ressaltar que, o não acesso à direitos sociais perpassa pelo racismo estrutural, que condiciona as formas de vivência da população negra na sociedade brasileira, assim como compreender os impactos da questão social para a efetivação das políticas públicas de educação do campo.

categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada [...] americanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente estudada. (GONZALEZ, 2018, p. 329-330).

Para tanto, não se identifica apenas como um termo, mas como de construção de bases cultural e política, levando em consideração as questões étnico raciais, de classe e gênero presentes na América Latina, no qual Gonzalez denomina como América Latina, para potencializar a formação econômica, política e cultural deste território.

O quarto capítulo, foi construído a partir do livro *Pertencimento: uma cultura do lugar* (2022), da autora bell hooks, pois me faz lembrar do espaço que ocupo na sociedade, enquanto mulher negra, brasileira, oriunda de uma família da classe trabalhadora que tem suas raízes no assentamento Boa Sorte, o que me leva a refletir sobre o espaço de onde eu vim, e o espaço que quero construir. Enquanto espaço cultural, político, profissional que visualiza na educação do campo uma grande potência, pois o campo é educador, as políticas públicas são educadoras e espaços que podemos construir com novas perspectivas de sociedade. Assim, o capítulo denominado: ***Síntese e análise das entrevistas: saber para onde estou indo***, sinalizou o espaço e a historização do assentamento Boa Sorte, além de identificar as/os interlocutores participantes dessa pesquisa. Nele também tem um subdivisões que se decorreram: ***Caráter da pesquisa: os caminhos metodológicos***, que delineou os caminhos método metodológicos que foram desenvolvidos, para cumprir com o estudo das Políticas de Educação do Campo, focalizando em uma análise bibliográfica e dialética da realidade, somado ao trabalho de campo no formato qualitativo que foi feito através de entrevistas semi estruturadas. ***Coleta e análise de dados: o vínculo com a terra***, apresentou quais os caminhos que foram percorridos para a

sua execução, com intuito de atender os objetivos explicitados nesta pesquisa. *Diário de campo*, abrangeu experiências, fatos vivenciados, momentos históricos, lutas, desafios e narrativas, como um processo semeador entre teoria e realidade.

A *Análise de conteúdo: em solo firme*, aqui foi articulado os conhecimentos dos interlocutores, com os saberes de autores teóricos, tendo como finalidade os objetivos a serem atingidos pela pesquisa. Aqui construímos a análise de conteúdo com o intuito de apresentar as narrativas coletadas nas entrevista semi estruturada e as informações registradas no do diário de campo. Isso posto, partimos do pressuposto que para além do estudo, tenha também uma articulação dos conhecimentos, entre autores e interlocutores participantes da pesquisa que derivam da fundamentação teórica. Aqui o trabalho de campo propiciou que evidencia-se as conquistas políticas e de direitos sociais advinda da luta de movimentos sociais do campo, exprimi também os grandes desafios que a população assentada está inserida, como o ônibus rural, a dificuldade de permanecer nesses locais, os enfrentamentos para a manutenção da produção familiar, e principalmente a educação de qualidade, ficou evidente que a escola que existe no assentamento Boa Sorte realiza muitos projetos sociais e educacionais, além de alfabetizar muitas crianças que ali vivem, isso são pontos importantes para a comunidade, no entanto, ficou explícito que tem muita coisa para caminhar, no sentido de da educação técnica e acadêmica para essa população, com uma democratização nos acessos a esses espaços, processos importantes que somaram para a reflexão deste trabalho.

Enquanto estudante e pesquisadora, a reflexão proposta neste trabalho é de semear novas perspectivas de estudo, de análise da realidade, de atuação profissional, nos impulsionando a olhar para a Amefricanidade como uma lente social que potencializa os espaços de luta. Assim,

[...] outra iniciativa importante é reconhecer as legislações, ou seja, as políticas e ações afirmativas que garantem o enfrentamento do racismo. Essa deve ser uma tarefa imprescindível, pois permitirá aos profissionais atuarem de forma qualificada no cotidiano das diversas instituições. É bem verdade que a atuação antirracista passa pelo campo de escolha do profissional, cabendo a ele/ a contribuir para a materialização do Projeto Ético- Político ou ignora-lo. Para a materialização do projeto, faz-se necessário algo além da negação do racismo, exige-se uma prática, de e fato, antirracista. (RAIMUNDO, 2021, p.193).

No Serviço Social, é extremamente importante a continuidade dessa luta e de se permitir estar alinhado ao projeto de sociedade que nossa profissão se propõe a desenvolver. Portanto, coloca-se a toda forma de opressão racial, social, de classe e de gênero e compete aos profissionais, estudantes e educadores/as ações antirracistas “pois a luta antirracista é uma demanda ética e política” (RAIMUNDO, 2021, p.195).

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. São Paulo: Ática, 1987. 88 p.
- ALMEIDA, Silvio de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019. 264 p.
- ALVES, Leonardo Dias. **SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: tensionamentos e disputas no processo de formação acadêmico-profissional**. 2020. 193 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38699/1/2020\\_LeonardoDiasAlves.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38699/1/2020_LeonardoDiasAlves.pdf). Acesso em: 05 jun. 2022.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BAIROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez**. 1935-1994. Afro-Ásia, n. 23, 1999
- BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 5 nov. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em: 26.set. de 2021.
- BRASIL. **Lei nº 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973**. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Brasília, DF: **Presidência da República**, 1973. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15889.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.889%2C%20DE%208%20DE%20JUNHO%20DE%201973.&text=Estatui%20normas%20reguladoras%20do%20trabalho%20rural..](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15889.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.889%2C%20DE%208%20DE%20JUNHO%20DE%201973.&text=Estatui%20normas%20reguladoras%20do%20trabalho%20rural..) Acesso em: 14 nov. 2022.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.
- CARVALHO, Joice Rocha. **CAMPO, RAÇA E CLASSE: um tema para o Serviço Social**. Brasília: CBASS, 2022. Disponível em: <https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/posters/0000000929.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (comp.). **CARTA-MANIFESTO 20 ANOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DO PRONERA**. 2018. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/noticias/detail/586>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- CFESS; CRESS (org.). **Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS**. 2017. Cartilha. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/FolderBandeiradeLutas-Livreto.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Congresso. Senado. Constituição (1993). Lei nº 8.662/93, de 1993. **Código De Ética Do/A Assistente Social**. Brasília: Cfess, 1993. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 02 jun. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS (org.). **Manifesta terra para a nossa liberdade.** Brasília-DF. 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012\\_lutacamponesa\\_SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_lutacamponesa_SITE.pdf). Acesso em: 22 nov. 2022.

CORTEZ, Guilherme. **17 de abril:** o nome do assentamento 17 de abril homenageia as vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás. O nome do assentamento 17 de Abril homenageia as vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás. 2022. Disponível em: <https://sampi.net.br/franca/noticias/1709611/opinieatildeo/2022/04/17-de-abril>. Acesso em: 19 nov. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

EINSFELD, Jordana. **A questão agrária e os movimentos sociais do campo- Um tema para o Serviço Social.** Orientadora: Edaléa Maria Ribeiro. 2009. p.76. Graduação- Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

EURICO, Marcia Campos; PASSOS, Rachel Gouveia; ALMEIDA, Magali da Silva; MARTINS, Tereza Cristina Santos (org.). **Questão racial, Serviço Social:** os desafios contemporâneos. Campinas: Papel Social, 2021. 216 p.

FLUERI, Reinaldo Matias. **Aprender com os povos indígenas.** Rev. Educação Pública UFSC, Cuiabá-SC, v.26, n.62/1, p. 277-294, mai/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4995/3367>. Acesso em: 06. set. de 2021.

FONSECA, Fernanda Cardoso. **Nossa Améfrica Ladina: O PENSAMENTO (DECOLONIAL) DE LÉLIA GONZALEZ.** 2021. p.183. Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/33728/1/FERNANDA%20FONSECA%20-%20%5BDISSERTA%C3%87%C3%83O%5D%20Nossa%20Am%C3%A9frica%20-%20O%20pensamento%20%28decolonial%29%20de%20L%C3%A9lia%20Gonzalez.pdf>. Acesso em: 02. set. 2021

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **PESQUISA QUALITATIVA TIPOS FUNDAMENTAIS.** São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 1995. 10 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGqrYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano :** ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia (ed.). **Primavera para as rosas negras:** lélia gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Filhos da África, 2018. 486 p.

GONZALEZ, Lélia .Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje,** Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-)

%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-  
%20Racismo\_e\_Sexismo\_na\_Cultura\_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em 10 mai.2022

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2017. 282 p.

HOOKS, Bell. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. São Paulo: Elefante, 2022. 286 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE (org.). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 02 jun. 2022

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 27-69.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 81 p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

MST (org.). **Conheça as linhas gerais da luta do Movimento pela Educação do Campo**. 2011. Disponível em: <https://mst.org.br/2011/08/04/conheca-as-linhas-gerais-da-luta-do-movimento-pela-educacao-do-campo/>. Acesso em: 09 set. 2021.

MST. **EDUCAÇÃO MST**. Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 09 mar. 2022

MST. **MST: 38 anos lutando pela democratização da terra no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/21/mst-38-anos-lutando-pela-democratizacao-da-terra-no-brasil/>. Acesso em: 09 mar. 2022

NASCIMENTO, Beatriz. **Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Ogums Toques Negros, 2015. 157 p.

NETTO Corrêa, Edméia; SANT'ANA, Raquel Santos. O rural na trajetória das empregadas domésticas da comissão de sindicalização do município de Bebedouro – SP. XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Fortaleza, 2004.

NETO, O. C. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 51-66.



ÓRI. Direção de Raquel Gerber. Produção de Beatriz Nascimento. São Paulo: Raquel Gerber, 1989. 1 vídeo (93 min.), son., color. Disponível em: [www.oriore.com.br](http://www.oriore.com.br). Acesso em: 21 abr. 2020.

RACIONAIS Mcs. **Periferia é periferia**: em qualquer lugar. São Paulo. Independente: 2013. Suporte (6 min e 1 s). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/72468/>. Acesso em: 28 out. 2020.

QUIJANO, Aníbal. **Capítulo 2: Colonialidade do Poder e Classificação Social**. Coimbra: Almedina S.A, 2009.

RAIMUNDO, Valdenice José. **O silêncio não nos protegerá**: a importância da lei 10.639/03 para a práxis do serviço social. Campinas: Papel Social, 2021. p.184-195.

RATTS, Alex. **EU SOU ATLÂNTICA: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo. 2006. 138 p.

**RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964. **Lei Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964**: Estatuto da Terra. 1964, 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.504%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201964.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Terra%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.504%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201964.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Terra%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art). Acesso em: 10 out. 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 5889, de 08 de junho de 1973. **Normas Reguladoras do Trabalho Rural**. 1973, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5889.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5889.htm). Acesso em: 10 out. 2022.

RJ, Conselho Regional de Serviço Social (org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**. Rio de Janeiro: CFESS, 2013, p.154. Disponível: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf>

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. Sa, 2009. p. 29-72.

SANTOS, Clarice Aparecida dos *et al* (org.). **Memória e História do PRONERA**: contribuições do programa nacional de educação na reforma agrária para a educação do campo no Brasil. Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, 2011. 360 p. Disponível em: <http://educacaodocampopb.com.br/wp-content/uploads/2016/08/Mem%C3%B3ria-E-Hist%C3%B3ria-Do-Pronera-Rev-1.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2022.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos; SILVA, Marizete Andrade da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. Revista Eletrônica de Educação, [S.

*l.*, v. 10, n. 2, p. 135–144, 2016. DOI: 10.14244/198271991549. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1549>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SILVA, Juliana Kelly Dantas da; DANTAS, Bruna Hávilla Lino; DANTAS, Maria Francisca Máximo. **QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: desafios contemporâneos do trabalho profissional. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO TRABALHO PROFISSIONAL**. 2017. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo14/questaosocialeservicosocialdesafioscontemporaneosdotrabalhoprofissional.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

SOUZA, Rauni. **Terra, Raça e Classe: A classe trabalhadora é negra**. MST. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/11/27/terra-raca-e-classe-a-classe-trabalhadora-e-negra/>. Acesso em: 10. ago. de 2021.

SOUZA, Rauni Joaquim de. **TERRA, RAÇA, CLASSE E ESTRATÉGIA**. 2017. p.127. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista- Unesp, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153932>. Acesso em: 09 set. 2021.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e íntimo, ou por que censurar o diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, 2009.

## **APÊNDICE A- Entrevista semi-estruturada**

1. Idade:
2. Qual a sua autodeclaração cor/raça: (Branca/ou, Preta/o, Parda/o, Amarelo/Indígena)
3. Comente sua história com o assentamento Boa Sorte?
4. Com quantos anos você começou a trabalhar?
5. Até qual série você estudou?
6. Você estudou em alguma escola rural?
7. Você conhece alguma política pública de acesso à educação do campo? Se a resposta for sim, de que forma você teve acesso a essas políticas e qual a sua relação com elas
8. Qual a sua opinião sobre a educação para trabalhadores e trabalhadoras que vivem na zona rural?
9. Qual a importância da educação para o dia a dia na vida rural?
10. Você e sua família já tiveram algum contato com o profissional assistente social no assentamento?

## **APÊNDICE B- Termo Livre Esclarecido Plataforma Brasil**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**Semear Decolonial: Políticas Públicas de Educação no Campo, questões de Raça e Classe**”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Isadora de Souza Alves, e parte da equipe executora Joice Rocha Carvalho. Nesta pesquisa nós estamos buscando analisar as políticas públicas de educação do campo, sinalizando as questões de raça, gênero e classe. O Termo/Registro de Consentimento Livre e Esclarecido está sendo obtido pela pesquisadora Joice Rocha Carvalho, no Assentamento 17 de abril

“Boa Sorte”, no município de Restinga-SP, nas casas de trabalhadoras e trabalhadores rurais que vivem no respectivo assentamento. Assim, após compartilhamento de informações a respeito da pesquisa, tendo o tempo necessário para a compreensão da mesma e do termo de consentimento, para tanto decidir se quer ou não participar da pesquisa, conforme o item IV da Resolução nº 466/2012 ou Capítulo. III da Resolução nº 510/2016). Os benefícios da pesquisa vão girar em torno de alimentar os conhecimentos acerca das Políticas Públicas de Educação do Campo, para que fortaleça as pesquisas, análises, cotidiano profissional e as efetividades junto ao Serviço Social e a educação como práticas emancipatórias das comunidades populares. Somado a isso, com a perspectiva de raça e classe, voltada para o pensamento decolonial que impulsiona tanto pesquisas e referenciais na acadêmica trazendo intelectuais negres, indígenas e latino americanos para repensar as estruturas que nos cercam, quanto frente ao combate ao racismo, que está dentro das diretrizes políticas do Serviço Social. Na sua participação, você irá responder algumas perguntas sobre Políticas de Educação do Campo, Educação no geral e informações como a sua idade, como se fosse uma mini entrevista, vamos coletar perguntas serão a respeito da idade, breve história de sua jornada no assentamento, nível de escolaridade, se conhece o que são Políticas de Educação do Campo, se já teve algum contato com elas, como o PRONACAMPO, PRONERA, PROCAMPO, assim como se teve alguma dificuldade no acesso de algum outro ambiente educacional e também sobre o contato dos assentados com os/as profissionais da assistência social, tendo assim duração no máximo 40 minutos. Caso haja consentimento, serão gravadas em forma de áudio, para auxiliar as transcrições e assim devidamente descartadas, respeitando o sigilo ético-político. A análise dos dados será realizada de acordo com respostas, experiências e narrativas compartilhadas de forma oral, e um estudo das realidades e informações obtidas. A pesquisadora atenderá às orientações da Resolução nº 510/16, Capítulo VI, Art. 28: IV - ou seja, que manterá os dados da pesquisa em arquivo digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto e nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19). Os riscos que a pesquisa pode oferecer é de identificação dos participantes das pesquisas, no entanto, para sanar tão risco será mantida a descrição e o sigilo do material das entrevistas que serão coletadas em formato de áudio, dessa forma os áudios não serão compartilhados com qualquer pessoa, a não ser a pesquisadora e equipe executora e os mesmos serão deletados e o sigilo será mantido conforme o Comitê de Ética do/a Assistente Social prevê sob a Lei do sigilo profissional. No mais, com a pandemia da covid-19 em decorrência, será mantida as medidas de segurança da Organização Mundial da Saúde (OMS) com o uso de máscara e álcool em gel em todas as entrevistas que serão realizadas presencialmente. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você, assinada e rubricada pelas pesquisadoras. Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Isadora Alves, (35) 9138-6580 (Pesquisadora responsável) Joice Rocha, (16) 99230-5548 (Equipe executora). Endereço da instituição: R. Vinte, nº 1600 - Tupã, Ituiutaba - MG, 38304-402. Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link: [https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha\\_Direitos\\_Eticos2020.pdf](https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos2020.pdf). Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; pelo telefone (34) 3239-4131 ou pelo e-mail [cep@propp.ufu.br](mailto:cep@propp.ufu.br). O CEP/UFU é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, ..... de ..... de 20.....

---

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Assinatura do participante de pesquisa

---

Rubrica do Participante

---

Rubrica do Pesquisador